

santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, aprovada na sessão ordinária de 28 de junho de 2022, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 29 de junho de 2022. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



ATA N.º 5 – No dia 29 de abril de 2022, reuniu, às 20 horas e 55 minutos, no auditório da Biblioteca Municipal, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022;**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município 2021;**
- 4 – Alteração Orçamental Modificativa;**
- 5 – Alteração ao Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira;**
- 6 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022;**
- 7 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe;**
- 8 – Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 – Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos**
- Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior;
- 9 – Composição do Conselho Municipal de Educação – Quadriénio 2021-2025;**
- 10 – Proposta de Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigente: Divisão de Atendimento e Gestão da Informação e do Gabinete do Médico Veterinário;**
- 11 – Documentos de Prestação de Contas 2021 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento);**



- 12 – Documentos de Prestação de Contas 2021 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. (para conhecimento);**-----
- 13 – Relatório de Atividades de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento);**
- 14 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano 2021 (para conhecimento);** -----
- 15 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Educação.** -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Vice-Presidente – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos(as) Vereadores(as) Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia e Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves. -----

Não estiveram presentes o Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes de Língua Gestual Portuguesa que iriam fazer a interpretação da sessão em Língua Gestual Portuguesa. -----

Dando início aos trabalhos, e verificada a ausência, naquele momento, da 1.^a e 2.^a Secretárias da Mesa da Assembleia, respetivamente as deputadas municipais Cristina Manuela Cardoso Tenreiro e Eva Lúcia Fernandes da Costa, o Sr. Presidente da Assembleia convidou os grupos municipais do PSD e PS a indicarem, cada um deles, um membro para completar a Mesa. Assim sendo, integrou a Mesa da Assembleia, como 1.^a Secretária, a



deputada municipal Joana Patrícia Fonseca da Silva, do grupo municipal do PSD, e, como 2.^a Secretário, o deputado municipal Marco António Gomes Gonçalves, do grupo municipal do PS. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa de 4 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes; -----

• Arrifana: Ricardo Leite de Oliveira (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Filipe Cardoso Araújo; -----

• Mozelos: José Carlos Pinto da Silva (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Maria-José Coimbra; -----

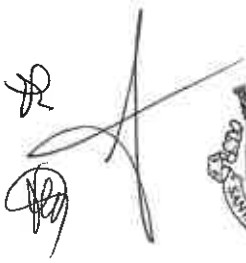
• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD), João Luis Almeida Cunha (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Daniel Tavares Gomes (PS), Susana Alexandra Lopes Correia (PS), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), Ângelo Manuel Andrade Santos (CDS-PP) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

• Serafim Guimarães: substituído pelo António Perestrelo de Lima, -----

• João Cunha: substituído pela Regina Maria Gonçalves da Silva, -----

• Susana Silva: substituída pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas Rocha (uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Jorge Paulo das Neves Pereira – fez comunicar à Mesa da impossibilidade



de participar nesta sessão), -----

• Eva Costa: substituída pelo Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Cláudia Oliveira Antunes Correia, António Luís da Costa Ferreira e Cláudia Sofia de Sousa Santos – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão*), -----

• Daniel Gomes: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa, -----

• Susana Correia: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias, -----

• Manuel Almeida: substituído pela Célia Adelina Couto Soares (*uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão*), -----

• Lia Ferreira: substituída pelo João Carlos Martins dos Santos Figueiredo,

• Ângelo Santos: substituído pela Ana Margdalena Alves Goicetti (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – José António Ferreira dos Santos, Marisa Pinho Araújo e Silva, José Augusto Gomes e Joaquim Serafim de Sousa Costa – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão*), -----

• Carlos Cunha: substituído pelo Luís Nuno Oliveira Vieira (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Maria Miguel Sá Tavares Lopes e Bruno Miguel Ferreira Marques – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão*). -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da



Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes; Arrifana – Filipe Cardoso Araújo; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Mozelos – Maria José Coimbra; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Domingos Manuel da Silva Florim; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; Célia Adelina Couto Soares; João Carlos Martins dos Santos Figueiredo; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ana Margdalena Alves Goicetti; -----



Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----
Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----
Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Luís Nuno Oliveira Vieira;-----
Independente: Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----
Faltou à sessão, sem ser substituído: Armando de Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD). -----
Entrou no decorrer da sessão: Cristina Manuela Cardoso Tenreiro (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais.-----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022 e a presente sessão:-----

- “E-mail do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta à sessão ordinária desta Assembleia Municipal realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, que se deveu a motivos pessoais; -----
- E-mail por instrução do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento relacionado com “descargas repetidas de indústrias locais para a Ribeira de Rio Maior” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara



- Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia dos seguintes documentos aprovados por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022: -----
- . Moção “Condenar o ato de violência e agressão perpetrados pela Rússia na Ucrânia e o voto de solidariedade com o Povo Ucrâniano” (da iniciativa do PSD), -----
 - . Voto de Congratulação ao CHEDV, a respeito da maternidade e paternidade (da iniciativa do PS), -----
 - . Voto de Solidariedade “Manifestação de Solidariedade para com a Ucrânia e Condenação pelos atos de violência praticados pela Rússia” (da iniciativa do PS),-----
 - . Moção “Dia Internacional das Mulheres” (da iniciativa do BE), -----
 - . Recomendação “Bengalas Brancas (ou Bengalas Longas)” (da iniciativa do CDS-PP),-----
 - . Voto de Louvor à equipa Feira Viva – Natação Adaptada, assim como aos atletas João Barge e Adriana Reis (da iniciativa do CDS-PP), -----
 - . Voto de Saudação “Às Mulheres Feirenses” (da iniciativa da CDU); -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, a remeter fotocópia do Voto de Congratulação que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, àquele Centro Hospitalar, solicitando que o mesmo fosse ainda dado a conhecer ao serviço de maternidade daquele Hospital; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva – Cultura e Desporto, EM, a remeter fotocópia do Voto de Louvor que esta Assembleia deliberou atribuir, na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, à equipa Feira Viva Natação Adaptada, solicitando que o mesmo fosse ainda dado a conhecer aos atletas João Barge e Adriana Reis pela conquista dos



- registros Europeus DSISO PL Júnior 200 Costas e DSISO 200 Mariposa; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção intitulada “Condenar o ato de violência e agressão perpetrados pela Rússia na Ucrânia e o Voto de Solidariedade com o Povo Ucrainiano”, assim como do Voto de Solidariedade intitulado “Manifestação de Solidariedade para com a Ucrânia e Condenação pelos atos de violência praticados pela Rússia”, aprovados por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, às seguintes entidades: -----
 - . O Primeiro-Ministro, -----
 - . Embaixadora da Ucrânia em Portugal; -----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 e 21 de fevereiro de 2022; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo intervenção preparada para o Período de Antes da Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, do membro do grupo municipal do PS, Virgílio Ribeiro, a propósito da requalificação da zona da Feira dos 10 - Lourosa, dado que, por motivo de limite de tempo, não teve a oportunidade de a apresentar na sessão, pelo que a remetia em modo de pedido de esclarecimento – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento em que solicita esclarecimentos relacionados com assuntos diversos – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia
-



-
- Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de fevereiro de 2022;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção da moção intitulada “Condenar o ato de violência e agressão perpetuados pela Rússia na Ucrânia e o Voto de Solidariedade com o Povo Ucrâniano” e do Voto de Solidariedade intitulado “Manifestação de Solidariedade para com a Ucrânia e Condenação pelos atos de violência praticados pela Rússia”, aprovados por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022;-----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na Lei, o Relatório de Avaliação do ano 2021 do Estatuto do Direito de Oposição, informando ainda que o mesmo iria ser remetido aos partidos titulares do Direito de Oposição para efeitos do exercício do direito de pronúncia;-----
 - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Carlos Cunha relacionado com “descargas repetidas de indústrias locais para a Ribeira de Rio Maior” (estado de conservação e limpeza da linha de água entre Paços de Brandão e Santa Maria de Lamas) – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail;-----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da
-



reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 de março de 2022;-----

- E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, enviando o Regulamento dos “Prémios ANAM”, aprovado pela Direção daquela Associação; -----
- E-mail da munícipe Liliana Rodrigues da Silva, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público da sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de abril de 2022, para pedir esclarecimentos “sobre o canil intermunicipal, recolha de animais errantes, adoções e serviço de veterinário municipal” – dada resposta à munícipe, por e-mail, a confirmar a inscrição;-----
- E-mail do Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Presidente da Assembleia Municipal, enviando pedido do Presidente da Assembleia de Freguesia de Fiães, no âmbito das iniciativas planeadas para a comemoração do 21.º aniversário da promoção de Fiães ao estatuto de cidade, para emissão de cartão especial de identificação para os membros daquela Assembleia de Freguesia, tal como previsto na Lei;----
- Convite do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas Cerimónias da Quinta-feira Santa, realizadas no passado dia 14 de abril de 2022;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento subordinado ao assunto “Denúncia de atividade poluente no Rio Cáster” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter dois requerimentos, um subordinado



- ao assunto “Heliporto do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga” e outro sobre o assunto “Incumprimento de Contrato Coletivo de Trabalho” – o qual foi enviado por e-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de março de 2022;-----
 - Convite do Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar nas comemorações do aniversário de elevação de Lourosa a cidade, realizadas no dia 19 de abril de 2022; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de abril de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 29 de abril de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia;
 - E-mail do membro deste Órgão – Daniel Gomes, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição;-----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 27 de abril de 2022;-----
-



-
- Convite da Direção, Comando e Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 101.º Aniversário daquela Associação, a realizar no dia 1 de maio de 2022; -----
 - E-mail da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a prestar esclarecimento na sequência de questão colocada pelo membro Tiago Paiva sobre a percentagem de ajustes diretos efetuados pela Câmara Municipal no ano de 2021 – o qual foi reencaminhado, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, àquele membro, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na reunião da Comissão Permanente de 27 de abril assim como na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição nas referidas reuniões; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022 por ter em agendamento parlamentar a discussão na generalidade do Orçamento de Estado para 2022 e o encerramento da discussão na generalidade e votações, pelo que solicita a sua substituição;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
-



-
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
 - E-mail de Maria Miguel Sá (pela CDU), ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o cidadão João Oliveira Vidal, que estava previsto substituir o membro Carlos Cunha na reunião da Comissão Permanente de 27 de abril e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, se encontra infetado com Covid-19, questionando se o mesmo poderia participar nas reuniões por videoconferência – o qual foi respondido, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, informando não ser possível a participação por videoconferência nas reuniões em questão porque as mesmas são realizadas em modo presencial, tal como consta das respetivas convocatórias; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Serafim Guimarães, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Oliveira de Almeida, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, pelo Tesoureiro daquela Junta de
-



-
- Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;-----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Tiago Paiva sobre “Denúncia de atividade poluente no Rio Cáster” – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Lia Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por se encontrar ausente, pelo que solicita a sua substituição;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Ricardo Leite, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Filipe Cardoso Araújo, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação;-----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – José Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, pela Secretária daquela Junta de Freguesia – Maria José Coimbra; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia
-



- Municipal de 29 de abril de 2022, pela Vogal daquela Junta de Freguesia – Raquel Marisa Soares Guimarães Gomes, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Daniela Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a retirada do ponto n.º 7 – “Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe” da Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Lúcia Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – João Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 12 documentos para serem apreciados – 1 recomendação e 1 voto de pesar do PS; 2 moções, 2 recomendações e 2 votos do BE; 1 recomendação do CDS-PP; e 2 moções e 1 voto de saudação da CDU – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio



eletrónico, aos membros desta Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. --

Interveio o membro **Luis Vieira** (CDU), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: APOIO ÀS AHBV-----

Atendendo a que: -----

- Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional. -----

- A prevenção, vigilância e combate a incêndios, emergência pré-hospitalar, socorro e acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, transporte de doentes, abastecimento de água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, em geral, e no nosso Concelho, em particular. -----

- Em consequência do enquadramento legal do financiamento, das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, das condições em que prestam os serviços, no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes para o Serviço Nacional de Saúde, as AHBV há muito que vivem grandes dificuldades económicas, agravadas com a pandemia, com o aumento das despesas e a diminuição de receitas. -----

- Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já estão a pôr em causa, em alguns casos, o socorro e a emergência que asseguram o apoio às populações. -----

- O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros



necessitam e merecem. -----

- Entre as medidas a implementar, num justo regime de financiamento das associações, deveria constar a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado como gasóleo verde. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 29 de abril de 2022, delibera: -----

1. Expressar a sua solidariedade às AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses; -----
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que decidam, rapidamente e finalmente, dar acesso aos Bombeiros à utilização ao gasóleo verde; -----
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados, e prestados pelos Corpos de Bombeiros, no âmbito da emergência pré-hospitalar e transporte de doentes.” -----

“MOÇÃO: TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA ÁGUA 2030 -----
(PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030)-----

I-----
Está neste momento em processo de consulta pública até ao dia 12 de maio, o projeto de Resolução do Conselho de Ministros que aprova o PENSAARP 2030. -----

Este Plano é de uma grande importância para o setor das águas e saneamento, pois pretende definir os princípios e orientações deste setor para os próximos 10 anos. -----

O abastecimento de água e a gestão de águas residuais, a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais, é de grande relevância para a vida quotidiana. Poderia representar a criação de condições para a melhoria do bem-estar das populações, pelo elevado número de



trabalhadores que envolve, pelos efeitos que provoca a nível da gestão de recursos hídricos, ainda mais significativo quando se vive em ambientes de recorrente escassez.-----

É importante também, pelo elevado volume de rendimentos gerado, no montante de 2,5 mil milhões de euros em 2020, uma vez que o investimento acumulado entre 1993 e 2020 foi de 13,2 mil milhões, perspetivando-se que nos próximos dez anos o investimento andar­á entre os 3,5 e os 6,6 mil milhões de euros. -----

Importa por isso efetuar algumas considerações sobre o conteúdo, sobretudo em torno dos seus aspetos mais marcantes. -----

Debruçando-nos sobre o documento, sobretudo a partir de 1993, não nos podemos esquecer o relevante trabalho desenvolvido pelas autarquias locais, na generalidade do País, que, na sequência da Revolução de Abril, assumiram o abastecimento de água e a construção de redes de esgotos, como prioridades da sua atuação, contando muitas vezes com o trabalho voluntário das populações, o que se traduziu numa melhoria substancial da qualidade de vida. -----

As alterações verificadas a partir de 1993 tiveram como característica principal a procura da captura e expropriação desta competência aos municípios com a separação entre a alta e a baixa e a criação dos sistemas multimunicipais, passando o Estado a assumir esta competência, abrindo caminho à transformação deste setor num negócio, correndo-se sempre o risco da sua privatização, que já esteve nas intenções de diversos governos e que já aconteceu no setor da gestão dos resíduos urbanos. -----

A intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios: -----

- A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;-----
 - O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspetiva de ser cada município a deter a responsabilidade da
-



gestão em baixa, devendo os sistemas multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;-----

· Impedir a transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de valor ao recurso água, por razões de natureza ambiental, mas hipervalorizando a componente financeira;-----

· Garantir a acessibilidade económica e física dos utilizadores.-----
Devendo assumir-se como prioridades da intervenção:-----

· Assegurar a eficiência hídrica, sendo este o aspeto fundamental, que deve guiar o desenvolvimento do setor;-----

· Garantir a qualidade do serviço a prestar.-----

II-----

O documento em consulta pública apresenta, a nível da sua visão e objetivos estratégicos, de entre 4 objetivos globais e 20 objetivos específicos (sustentabilidade económica e financeira; sustentabilidade estrutural do setor e sustentabilidade infraestrutural. A eficiência hídrica aparece, somente, mencionada em quarto lugar).-----

Esta questão tem depois expressão nas medidas e incentivos (no total 85), tendo sido também apresentado o top 15 das mesmas, das quais sublinhamos as cinco primeiras: consolidação da política tarifária nas entidades gestoras; melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras; reforço do compromisso dos diversos órgãos políticos; reforço do compromisso das entidades gestoras de titularidade municipal; reforço do compromisso do regulador de serviços. A reabilitação de infraestruturas surge em nono lugar e a redução de perdas de água nos sistemas em décimo primeiro.-----

Portugal não tem atualmente um problema de qualidade da água, pois os indicadores de água segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência hídrica e da redução de perdas. E para isso é necessário mobilizar recursos financeiros dos diversos instrumentos ao dispor, desde o Portugal 2030, o PRR, o Fundo



Ambiental, o Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais. -----
Os programas regionais que vão acolher esta área devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades. Que passam pela reabilitação de infraestruturas, pela criação de zonas de medição e controlo, pela criação de zonas de controlo de pressão, pela deteção ativa de fugas e roturas e sua resolução, pela substituição de contadores onde deviam ser privilegiados os digitais e ser permitido o acesso aos fundos do PRR referentes à transição digital, e ainda por soluções de organização e gestão que aumentem os níveis de água faturada. -----

A prioridade não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas incumbe prover este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação. -----

Tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 29 de abril de 2022, entende tomar a seguinte posição: -----

1. Emitir parecer globalmente desfavorável ao projeto de Resolução, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais enfoque ao combate às perdas de água e à eficiência hídrica. ---
2. O Plano, tal como outros instrumentos para o setor, deve garantir a sua gestão pública e o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias. -----
3. Que sejam adotadas medidas de apoio aos municípios, como às entidades gestoras, por parte das entidades ligadas ao setor, com destaque para a ERSAR e para a APA, respeitando sempre a autonomia dos municípios, com realce para as opções em matéria tarifária e forma de financiamento, prevalecendo a regra das três fontes (tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento).” -----



“SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES E ÀS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO -----

O 1.º de Maio é uma data de celebração e de demonstração de força da classe operária, data que remonta a 1886, quando centenas de milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve histórica pelas 8 horas diárias de trabalho, luta essa que foi reprimida com violência. -----

A força e organização do movimento operário e sindical internacional tornou-se num dos pilares de grandes avanços civilizacionais, moldando a sua ação com vista a criar uma sociedade mais justa, em que a paz, a democracia e a liberdade imperem. -----

Hoje, a luta dos trabalhadores continua a ser fundamental para se construir uma sociedade melhor, e por isso exige-se combater a desregulamentação e precarização do mercado de trabalho, que fazendo uso da mais moderna tecnologia, parece visar retroceder aos tempos da revolução industrial, desregulando completamente as relações de trabalho e pondo em causa os direitos conquistados. -----

Os trabalhadores estiveram na linha da frente do combate à pandemia. Urge agora que se valorize e dignifique o seu trabalho, prosseguindo um rumo que combata os baixos salários, a precariedade, o desemprego e implementando as 35 horas de trabalho semanal. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 29 de abril de 2022, delibera:-----

- Saudar as comemorações do 1.º de Maio, ação indispensável na defesa das conquistas dos trabalhadores e na abertura de caminhos para novos avanços, que sirvam Portugal e o povo português.” -----

Interveio a deputada municipal **Ana Goicetti** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve:-----

“RECOMENDAÇÃO: IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE BICICLETAS COMPARTILHADAS EM SANTA MARIA DA FEIRA -----

Privilegiar a mobilidade ativa em detrimento do transporte individual



motorizado é uma tendência crescente nas sociedades desenvolvidas, pela excelente relação custo-benefício e enormes vantagens que proporciona em áreas fundamentais para a qualidade de vida de todos – mesmo para quem (ainda) não se desloca ativamente. Entende-se por mobilidade ativa a capacidade de deslocação, com recurso a meios de transporte sem autopropulsão, implicando atividade física deliberada e necessária. Aqui incluem-se o andar a pé e a deslocação em bicicleta. As bicicletas com assistência elétrica («pedelec») são, para efeitos da presente estratégia, abrangidas no conceito de mobilidade ativa. A utilização da bicicleta contribui para a maioria dos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas, e a sua promoção deve ser encarada de forma objetiva, sistematizada, transversal e ambiciosa. Com a progressiva disponibilidade de bicicletas com assistência elétrica, que ampliam e permitem generalizar o alcance dos benefícios decorrentes da adoção de padrões de deslocação ativos na sociedade, há fortes razões para adotar novas formas de mobilidade e melhorar a utilização do sistema de transportes. A deslocação a pé ou com bicicleta, em condições de conforto e segurança, nomeadamente para a escola e para o trabalho, é um direito de todos e deve ser uma atividade prática e agradável. -----

Assim, sentindo a necessidade da criação de projetos que estruturam e estimulem o uso de bicicletas, no nosso concelho como meio de transporte, também chamado de sistema comunitário ou Bike Sharing, consiste em um conceito simples, no qual uma pessoa faz a retirada de uma bicicleta em determinado local, devolvendo-a no mesmo ou em outro e proporcionando fácil deslocamento principalmente em pequenas distâncias através de esforços humanos de tração individual.-----

Ao introduzir este tipo de modal ciclístico, tem-se como objetivos principais: estimular o uso da bicicleta; melhorar a qualidade de vida e do ar e reduzir o número de congestionamentos. Tais benefícios relacionados à melhora na mobilidade urbana atraem usuários para o uso



compartilhado. Para o desenvolvimento do projeto, deve-se fazer, previamente, um conjunto de estudos envolvendo todos os parâmetros requeridos ao se avaliar a possibilidade de implantação. Dentre os principais parâmetros orientadores do processo de planeamento são área de cobertura que será adotada, dimensão do sistema e viabilidade financeira. Grande parte dos sistemas já implementados dá ainda grande enfoque ao nome e logotipo que serão adotados, já que estes dois aspetos representam a identidade do projeto, dessa forma, buscando fazer referência a um dos pontos mais icônicos da cidade. -----

Já que o nosso Município está a contruir ciclovias no nosso território, este trabalho avalia a viabilidade da implantação de um sistema de bicicletas compartilhadas em Santa Maria da Feira. A implantação de ciclovias deve ser feita de uma forma articulada que proporcione trajetos seguros e confortáveis, e assim privilegiar outras formas em transporte também uma forma de incentivar a nossa população e quem nos visita também possa desfrutar e usufruir das infraestruturas. É inaceitável, que as ciclovias sejam só uma forma de embelezar a nossa via pública, mas sim trajetos seguros onde se possa utilizar as bicicletas ou outro tipo de equipamentos que possam ser atualizados nesses percursos.-----

Ao abrigo do disposto n.º 1 e alínea b) do n.º 2 ambos do art.º 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o deputado municipal do CDS-PP de Santa Maria da Feira, propõe à Assembleia Municipal de 29-4-2022 que delibere: -----

O CDS vem a esta Assembleia recomendar ao executivo Municipal, que a implantação de uma rede de bicicletas compartilhadas, é uma mais valia, podendo assim proporcionar a quem visita e habita em Santa Maria da Feira, possa ter uma rede de bicicletas partilhadas, colocadas estrategicamente em zonas atrativas de forma a poderem desfrutar e usufruir das infraestruturas que o nosso Município tem implantado.” -----



Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS (EDUCAÇÃO)-----

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, pelo artigo 422.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março e pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da educação. - Ao longo dos últimos meses, vários municípios já contestaram o processo e muitos têm vindo a público afirmar a recusa em assumir esta transferência de competências. Para além disso, a comunidade escolar tem levantado imensas reservas relativamente a este processo, uma vez que acarreta riscos elevados, reduz a já escassa margem de autonomia das escolas em diversos domínios e potencializa a ingerência das autarquias em domínios que não deverão ser da sua responsabilidade. Pelo facto de os municípios viverem situações económicas muito distintas, este processo aumenta os riscos de agravamento das assimetrias, daí resultando o aprofundamento de desigualdades.-----

Acresce ainda que todo este processo tem em si muito pouco de descentralização. Sob a égide de uma suposta transferência de competências, este processo promove uma alocação de tarefas adicionais aos municípios sem a atribuição do envelope financeiro necessário para a execução dessas tarefas adicionais, prevendo-se impactos financeiros significativos na capacidade de resposta dos municípios noutras áreas.-----

Em Santa Maria da Feira, o executivo tem-se manifestado preocupado com esta transferência de competências, mas para além da profilaxia fiscal na antevisão dos encargos adicionais da transferência de competências, com que justificou a proposta de impostos municipais para 2022, não são conhecidas ações concretas de oposição à transferência de competências



na área da educação. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2022, delibera:-----

Recomendar à Assembleia da República a revogação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, retificado pela Declaração de retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho, pelo artigo 422.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março e pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da educação sem a atribuição do envelope financeiro adequado e que prejudica a capacidade de resposta das autarquias.” -----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

A crise económica e social que se abateu no país como consequência da pandemia de Covid-19, é agora agravada pela Guerra na Europa. Muitas das famílias cujos membros do agregado familiar perderam o emprego ou uma parte substancial do rendimento, e que ainda não conseguiram uma efetiva recuperação, vêm-se agora confrontados com um aumento inoportável do custo de vida. -----

Com o fim das moratórias e a instabilidade gerada pela precariedade, que continua a ser utilizada, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus municípios atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A situação de carência económica em que muitas famílias se encontram resultou numa dificuldade enorme em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água, fatura essa que continua a aumentar com resultado de um contrato de concessão à INDÁQUA que em nada serve os interesses dos Feirenses. -----

De acordo com o atual presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da



Feira, só daqui a 10 anos é que talvez seja possível repensar os moldes da concessão, permitindo que um bem essencial seja matéria-prima para o lucro de poucos, e à custa de todos. -----

Ora, esta política de convívência e a sistemática recusa da aplicação automática da Tarifa Social da Água, está a fazer com que os feirenses não vislumbrem tão cedo um acesso digno e justo a um bem essencial. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a



um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar quase 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

A escolha de qualquer executivo camarário perante este cenário é simples: é entre a defesa do lucro dos privados ou um alívio mais do que justo para 10 mil agregados familiares. O Bloco está do lado desses munícipes no acesso a um bem que é de todos. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2022, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----



“RECOMENDAÇÃO: PARA O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS EM SANTA MARIA DA FEIRA
Na madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia. Esta agressão merece condenação sem reservas. Devemos solidariedade ativa ao povo ucraniano e a todas as pessoas que se estão a manifestar contra esta invasão por todo o mundo, sobretudo na Federação Russa, onde milhares de cidadãs e de cidadãos foram já detidos pelo regime autoritário de Vladimir Putin.-----
Desde o início da aventura militar de Vladimir Putin, mais de 5.2 milhões de pessoas já fugiram da Ucrânia. Os refugiados em Portugal, oriundos deste conflito, são mais de 30 mil. Destas pessoas que fogem da guerra e chegam a Portugal, 65% são mulheres e mais de um terço são crianças. ----
As pessoas que fogem da guerra na Ucrânia, vêm-se juntar à calamidade decorrente da crise dos refugiados que continua a ser um drama sem precedentes na história europeia pós-Segunda Guerra Mundial. Fugindo da guerra, da violência, da fome, da pobreza, da perseguição política e religiosa, centenas de milhares de pessoas procuram nos países da União Europeia apenas uma vida com dignidade, o mais elementar dos direitos humanos. Muitos entre estes, morrem na tentativa. -----
Perante a natureza e a dimensão desta tragédia, devemos criar as condições capazes de garantir àqueles que chegam às nossas fronteiras, a oportunidade de salvar-se da guerra e da repressão e, sobretudo, de continuar a sonhar e lutar por uma vida melhor. -----
Em conformidade com as convenções internacionais de garantia de salvaguarda dos direitos humanos e de acolhimento e proteção subsidiária de deslocados e refugiados, o município de Santa Maria da Feira deve estar na linha da frente para redefinir as políticas de acolhimento e inclusão de refugiados e migrantes.-----
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de abril de 2022 delibera recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----



1. A criação de um fundo de apoio à inclusão aos refugiados; -----
2. A criação de bolsas de estudos e apoios sociais para futuros estudantes refugiados; -----
3. A criação de um gabinete de acompanhamento e aconselhamento para a validação de competências junto de outras instituições; -----
4. A criação de mecanismos e apoios financeiros de acesso ao ensino primário, básico e também a creches; -----
5. Preparar a comunidade escolar para a criação de um ambiente acolhedor para as crianças e suas famílias, através de iniciativas culturais e pedagógicas de valorização da diversidade cultural; -----
6. Articular de forma duradoura as respostas na área da habitação, saúde, educação com a inserção profissional dos refugiados.” -----

“RECOMENDAÇÃO: PELA PROIBIÇÃO DO ABATE DE SOBREIROS EM SANTA MARIA DA FEIRA -----

Portugal é o maior produtor mundial de cortiça, sendo responsável por 50% da produção mundial. O setor contribui fortemente para o PIB nacional e emprega diretamente cerca de 12 mil pessoas, a maioria delas em Santa Maria da Feira (considerada a Capital da Cortiça). -----

Os desinvestimentos na preservação da floresta dos montados de sobreiro, invariavelmente, diminuem a quantidade de cortiça extraída e podem justificar até certo ponto esta situação. Não obstante, o abate imensurável de sobreiros ocorridos nos últimos anos ao abrigo das mais diversas exceções, uma grande parte delas incompreensíveis, vai ditando a morte lenta das empresas mais pequenas e com elas uma quantidade importante de trabalhadores que necessariamente irão ficar sem trabalho. -----

Já em 2020, o Bloco de Esquerda opôs-se, nesta Assembleia Municipal, à concessão de declaração de interesse socioeconómico no processo de autorização do abate de 114 sobreiros para a construção de um hipermercado no concelho. Os sobreiros em questão, eram na sua maioria



já adultos, isto é, com mais de 50 anos. Volvidos dois anos, voltamos a ter no nosso município a declaração de utilidade pública (Despacho 4082/2022, de 8 de abril) no abate de 98 sobreiros adultos e 64 sobreiros jovens para a construção de uma superfície comercial do ramo alimentar e de um posto de abastecimento de combustível numa propriedade localizada na freguesia de São Paio de Oleiros. -----

Estamos, portanto, a falar do abate de mais de uma centena de árvores protegidas por lei para a instalação de mais um supermercado e de um posto de combustível no concelho que, na verdade, poder-se-iam instalar em qualquer outro local, em concreto, num local onde a sua instalação não implicasse abater estas árvores. Parece óbvio que, 1) sendo o sobreiro uma árvore protegida, a instalação de um supermercado não se sobrepõe a essa proteção; 2) num concelho com mais de 200 km² de área, certamente será possível encontrar um local onde a instalação destas infraestruturas não implique a destruição destas árvores. -----

O que aqui está em causa é, mais uma vez, a facilidade e a impunidade com que estas árvores protegidas são abatidas para que se avancem com os mais variados projetos de construção. Ainda que, eventualmente, esteja prevista a transplantação dos sobreiros, será importante ter em conta que a taxa de sobrevivência em caso de transplantação é baixíssima. -----

Para além do óbvio impacto ambiental que uma medida destas irá ter, o setor da transformação de cortiça no nosso concelho é um dos maiores fatores de empregabilidade e por isso, é importante ter em conta o impacto económico que este abate também acarreta. -----

O concelho de Santa Maria da Feira tem sido alvo de vários abates de sobreiros, de modo a satisfazer os mais diversos interesses públicos e privados. Tendo em conta as especificidades desta espécie, além de todo o valor económico que possui e de inegáveis benefícios ambientais, é de estranhar a facilidade com que estes abates são autorizados nesta região, tendo em consideração que existem em Santa Maria da Feira uma



quantidade significativa de empresas e trabalhadores dependentes da cortiça que é extraída dos sobreiros. Aparentemente, somos a Capital da Transformação da Cortiça e também podemos vir a ser a Capital do Abate de Sobreiros para a construção de hipermercados. -----

Esta árvore e os montados de sobro são fator de importância ambiental significativa, uma vez que é uma floresta que promove habitat de muitas espécies animais em vias de extinção, ajuda de forma significativa à captura do CO2 na atmosfera e é totalmente sustentável, visto que a árvore se regenera a cada extração. Para além disso, o abate de sobreiros atenta contra a matéria-prima que é a força motriz de uma grande parte do setor industrial em Santa Maria da Feira. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2022, recomenda à Câmara Municipal: -----

1. A não concessão do licenciamento da obra em causa, condição para que o abate de 98 sobreiros adultos e 64 sobreiros jovens seja levada a cabo; -----
2. Que se assuma claramente defensora da preservação dos sobreiros e montado de sobro no nosso concelho e no país, opondo-se a todos os pareceres solicitados e que impliquem o abate destas árvores.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO-----

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. -----

Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril,



depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento trágico de guerra, em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1.º de Maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos. Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, e tendo em conta os baixos salários praticados em Santa Maria da Feira, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de



abril de 2022 delibera:-----

1. Saudar o 1.º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.”-----

“VOTO DE CONDENAÇÃO DA AGRESSÃO DA FEDERAÇÃO RUSSA À UCRÂNIA E DOS CRIMES DE GUERRA COMETIDOS -----

A madrugada do dia 24 de fevereiro de 2022 marcou o início da agressão da Federação Russa à Ucrânia. Sob ordens do presidente Vladimir Putin, as forças armadas russas iniciaram uma invasão em larga escala do território ucraniano. Os violentos combates e bombardeamentos atingiram cidades, vilas e aldeias ucranianas e somam-se relatos de ataques a alvos civis, que causaram já milhares de vítimas mortais. -----

Ao longo de mais de dois meses de guerra, a ONU contabiliza mais de 5.2 milhões de ucranianos obrigados a abandonar o país, na sua maioria mulheres e crianças, e mais de 7.7 milhões de deslocados internos na Ucrânia. A guerra criou a maior crise de refugiados na Europa desde a II Guerra Mundial. -----

As imagens de destruição de cidades e vilas, bem como a evidência de ataques contra civis, não deixam ninguém indiferente. Se essas informações já eram preocupantes nas primeiras semanas de guerra, a retirada das tropas russas da região de Kyiv desvendou uma escalada de horror. Em particular, as imagens da cidade de Bucha, em que corpos sem vida foram encontrados de mãos atadas em ruas e passeios ou reunidos numa enorme vala comum, são exemplos de crimes de guerra que não podem passar impunes. Como afirmou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, são imagens chocantes e “é essencial que uma investigação independente leve a uma efetiva responsabilização” dos seus autores. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de



abril de 2022 delibera condenar a agressão da Federação Russa e a invasão da Ucrânia e insta à investigação independente de todos os crimes de guerra e à efetiva responsabilização dos seus autores.”-----

Interveio o membro **Job Silva** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO: PRODUTOS DE HIGIENE FEMININA NAS ESCOLAS PÚBLICAS-----

Em 2022 ainda está bem presente um flagelo mundial que envolve a pobreza menstrual, onde a higiene íntima da mulher não é vista como algo essencial, mas como algo opcional e secundário, que carece de medidas de proteção. -----

No 7.º Congresso Internacional em Saúde, realizado em 2020, foi apresentado um estudo produzido pela Universidade do Minho, intitulado de “Conceções de Mulheres Portuguesas Sobre a Menstruação, Higiene Menstrual e Constrangimentos no Espaço Público”, onde 445 mulheres portuguesas foram inquiridas sobre a sua perceção no assunto de menstruação e higiene menstrual, 16,6% das mesmas afirmou ter dificuldades de compra de produtos de higiene feminina como pensos higiénicos e tampões. Estes dados supramencionados refletem a dimensão do problema inicialmente exposto, associado à higiene menstrual da mulher, algo que resulta em consequências, não só a nível da saúde, mas também a nível financeiro e social, o que afeta bastante o bem-estar da mulher e em nada contribui para atenuar o estigma à volta da menstruação.-----

Contudo, já foram implementados modelos para diminuir esta pobreza menstrual. A Escócia e a Nova Zelândia foram pioneiras na distribuição, completamente gratuita de produtos de higiene feminina nas escolas, que consequentemente possibilitaram a diminuição e o atenuar do estigma apresentado à volta da menstruação. Por isso, entendemos que todos os estudantes do sexo feminino devem ter acesso a produtos de higiene íntima



de primeira necessidade de forma a sustentar uma boa higiene menstrual, diminuir o estigma à volta da menstruação e conseqüentemente terminar com a pobreza desta. A pobreza menstrual também é uma questão de dignidade e de combate às desigualdades.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 29 de abril de 2022, recomenda ao executivo:-----

- A disponibilização de produtos de higiene feminina (como pensos higiénicos e tampões) em todas as casas de banho femininas das escolas do nosso concelho; -----
- Promova programas de literacia menstrual, para acabar com o estigma associado à menstruação, nomeadamente junto da comunidade estudantil;
- Articule no âmbito de ações desenvolvidas pelas Unidades de Cuidados na Comunidade e pela Saúde Escolar, a realização de campanhas de sensibilização e informação sobre a menstruação e sobre a utilização e variedade dos produtos de recolha menstrual, com vista a uma maior compreensão da amplitude do assunto.”-----

De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que o grupo municipal do PS também fez chegar à Mesa um Voto de Pesar, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Faleceu no passado dia 5 de abril de 2022, com 76 anos de idade, Antero Manuel Alves Monteiro (Anthero Monteiro, nome com o qual assinava todas as suas obras).-----

Anthero Monteiro, oleirense, pedagogo, poeta, professor, escritor, estudioso da história local e diretor da biblioteca pública de São Paio de Oleiros, responsável pela direção editorial da revista Villa da Feira, foi orador em sessões do capítulo da fogaça, percorreu várias escolas do concelho, várias salas de espetáculo, colaborou com muitas entidades, associações, personalidades de Santa Maria da Feira, foi figura de proa na elevação de São Paio de Oleiros a vila, foi um cidadão de referência no concelho de



Santa Maria da Feira.-----

Nasceu em S. Paio de Oleiros em 1946. Fez os estudos secundários em Viana do Castelo, Braga e Aveiro. É licenciado em Filologia Românica pela Universidade do Porto e Mestre em Estudos Portugueses pela Universidade de Aveiro.-----

Foi Professor e Formador de Docentes e Escritor, Poeta e Ensaísta, coautor de oito livros didáticos de Português para Portugal e Cabo Verde, colaborador num Dicionário de Língua Portuguesa, autor de oito livros de Poesia, de poemas incluídos em antologias brasileiras, de quatro livros de ensaio e de artigos publicados em revistas universitárias.-----

Em 2004, foi galardoado com o Prémio Manuel Laranjeira, em 2015, com a Medalha de Ouro de Mérito da Vila de São Paio de Oleiros, no âmbito do seu vasto percurso cultural e associativo. Em São Paio de Oleiros dirigiu a biblioteca Pública de São Paio de Oleiros e foi diretor do jornal oleirense Diálogo. Fez dois mandatos na Assembleia de Freguesia local e integrou a CESPOVILA, tendo sido eleito seu porta-voz e desenhado o seu logótipo. Em 2016 foi homenageado pela Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, como membro da Ex-CESPOVILA (Comissão Local responsável pelo trabalho que originou a “Elevação de S. Paio de Oleiros ao estatuto de Vila”), no âmbito das “Comemorações do 25.º Aniversário desta efeméride e da existência territorial como Vila”.-----

Foi ainda coautor do Brasão e da Bandeira oficiais da Vila e autor do hino da Associação Musical Oleirense (A.M.O.). É também de sua autoria e investigação e redação de grande parte da História conhecida de São Paio de Oleiros, trabalhos que vêm sendo publicados pela revista Villa da Feira. Terra de Santa Maria (Liga dos Amigos da Feira (L.A.F.)), da qual foi supervisor editorial e gráfico.-----

Assim pela sua carreira e dedicação à causa pública, com um importante legado para a sua freguesia e concelho de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 29 de abril



de 2022, aprova um voto de pesar pela morte de Antero Manuel Alves Monteiro. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família, à Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências.”-----

Posto isto, feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Luís Vieira. -----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que começou por aludir à moção do BE respeitante à transferência de competências na área da educação para dizer que, para a CDU, não está em questão o valor das verbas, mas sim a própria transferência da competência porque a CDU sempre defendeu que a mesma jamais deverá ser transferida para as autarquias locais, devendo-se manter sobre o Poder central a organização de tudo o que diz respeito à educação em Portugal.-----

Relativamente à recomendação para o acolhimento de refugiados ucranianos em Santa Maria da Feira disse que, segundo um estudo do ACNUR, que é a agência da ONU para os refugiados, estima-se que existem, atualmente, 88 milhões de deslocados em todo o mundo e que, destes, 8,3 milhões são ucranianos, representando 9%. Salientou que a CDU defende que, a existir este plano de acolhimento, deve ser para todos os refugiados e não apenas para os refugiados ucranianos, acrescentando que se o plano apenas abrangesse o acolhimento dos refugiados ucranianos estaria a discriminar todos os outros refugiados que, no entender da CDU, devem ter o mesmo acolhimento e as mesmas oportunidades que os refugiados ucranianos.-----

Em relação à recomendação do CDS-PP sobre a implantação do sistema de bicicletas compartilhadas em Santa Maria da Feira referiu que, pelas condições geográficas do concelho, pela sinuosidade que tem o território,



não lhe parece que esta situação das bicicletas compartilhadas seja uma mais-valia. Disse que não se deve confundir bicicletas compartilhadas com aluguer de bicicletas para percorrer o concelho, pois são coisas diferentes, realçando que, no entender da CDU, ao se falar de bicicletas compartilhadas está-se a falar de bicicletas que a própria população vai usar para se deslocar aos diversos serviços existentes no concelho, reforçando que, neste momento, nem existem as infraestruturas nem a sinuosidade do concelho permite o uso deste sistema. Fez notar que situação diferente será o aluguer de bicicletas para conhecer o concelho, mas que não é disso que fala a recomendação, pelo que entende que seria importante o CDS-PP clarificar o que tenciona com a recomendação que apresenta.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) disse que esta é, pelo menos, a terceira vez que se está a debater, nesta Assembleia, a tarifa social da água ou algo relacionado com a questão da água, salientando que, como feirense, trouxe a sua fatura da água porque entende que, em primeiro lugar, deve-se elucidar as pessoas sobre como ler e interpretar a fatura da água e saneamento.-----

Referiu que, em sua casa, moram três pessoas e que, no mês passado, a sua fatura foi de 47,74 €, dando nota que, desses, de taxas e taxinhas estão as verbas de 6,65 €, 5,43 €, 0,88 € e 0,27 €, perfazendo um total de 13,23 € que vai para o Estado. Disse ainda que pagou 2,03 € de IVA e que para a Câmara vai 8,80 €, pelo que, somando-se tudo, dá 24,06 €, o que significa que, de água e saneamento propriamente dito, pagou 20,68 €. Disse considerar que, nesta Assembleia, se deve elucidar as pessoas, ao invés de se andar a apregoar ao voto fácil, comentando que, na sua opinião, não é desse modo que se faz política. -----

Em relação à tarifa social disse que o tarifário da Indaqua Feira já contempla uma tarifa para famílias numerosas, em que o 2.º escalão é



pago ao mesmo preço do 1.º escalão. -----
Concluindo a sua intervenção disse que, antes das pessoas virem para esta Assembleia falar seja o que for, deviam, pelo menos, estudar o assunto. ----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Antes de mais, Sr. Presidente, só uma nota mais geral e prévia, que é que reconhecemos obviamente a importância que esta Assembleia deve dar à discussão dos assuntos, como votos de congratulação, saudação, protesto, de pesar, as recomendações, as propostas, os pareceres, as moções, mas também vamos reconhecendo, cada vez mais, que grande parte destas moções são apenas momentos de sinalização de virtude ou então, pior ainda, caixas de ressonância dos diretórios partidários de Lisboa que, à mesma hora, em diferentes sítios do País, querem propor a mesma coisa para tentar criar com isto movimento político. -----

Nós entendemos, enquanto Iniciativa Liberal, que o nosso papel aqui não é exatamente esse. O nosso papel neste órgão político é, acima de tudo, escrutinar o Município, acompanhar a política local, independentemente de, obviamente, também termos aqui liberdade e legitimidade de discutir assuntos de âmbito nacional ou internacional. Mas queremos concentrar a nossa energia neste papel de escrutinar o executivo municipal, e é aí que nos concentramos. -----

Na verdade, o tempo que vamos gastando nestas não sei quantas moções e votos, etc., que muitas vezes, como disse, são copy/paste de uns municípios para outros, às vezes até se esquecem de mudar o nome do município, é o mesmo tempo que deixamos de ter, depois, para fazer o nosso trabalho aqui, que é discutir as questões locais, interpelarmos o Município e pedir a sua responsabilidade naquilo que são os assuntos que afetam, de facto, a vida dos munícipes de Santa Maria da Feira. E, portanto, deixava esta nota ao Sr. Presidente, o facto de se repetirem, não



uma vez nem duas, a mesma moção em várias assembleias, querendo forçar um assunto que já teve um parecer e uma posição desta Assembleia. Parece-me que deve começar a merecer uma consideração da Mesa. -----
Em relação às moções, eu vou seguir a ordem porque elas nos foram apresentadas, uma vez que não participamos na sua apresentação, queria falar sobre todas. -----

Desde logo, a primeira, a que estava a referir-me, do Bloco de Esquerda sobre a tarifa social da água. Uma vez que a moção é basicamente a mesma, apesar de ter havido aqui alguma tentativa de a tornar mais leve, já vai na terceira, pode ser que à quinta, como estava a falar com o Tiago há pouco, consiga, mas ela, como tem o mesmo texto, eu vou dizer a mesma que disse na última Assembleia, que é o que merece ser dito quando se apresenta a mesma coisa, que é que o Bloco de Esquerda, nas poucas vezes que tem razão, perde a razão. Tem sempre a mesma linguagem, sempre a mesma diabolização da iniciativa privada, sempre o mesmo ataque às empresas, e cito: «a escolha de qualquer executivo camarário», diz a moção, «perante este cenário é simples: é entre o lucro dos privados ou um alívio mais do que justo para 10 mil agregados familiares». É esta dicotomia, esta tentativa de polarizar a sociedade entre os maus, os privados, e os bons, do setor público, que parece uma forma incorreta de trabalhar para o desenvolvimento do território, e tem outras motivações que não são exatamente essa. E, portanto, o que me parece é que, de facto, não se quer resolver problemas, quer-se trazer aqui um espaço também de alguma demagogia e, portanto, sendo uma boa causa, este ódio pela liberdade económica fala sempre mais alto. Temos pena, mas, mais uma vez, votamos da mesma forma que da outra. Portanto, espero que, na próxima vez, na 4.^a ou 5.^a tentativa, consigam aliviar um bocadinho mais, e se tiverem coragem, tirem esta frase, e nós, se calhar, até votamos a favor. -----

Em relação à transferência das competências para a Educação,



concordando genericamente com aquilo que foi afirmado pelo Bloco, no entanto, há aqui duas notas que gostava de deixar. Uma diretamente em relação à proposta, que levanta-me a dúvida e, aliás, o colega da CDU já tocou neste assunto e, de facto, divide-nos profundamente da sua posição em relação àquilo que ele disse, as nossas posições políticas, mas o Bloco deixa uma nota na sua proposta, e vou passar a ler, que diz que «a comunidade escolar tem levantado imensas reservas relativamente a este processo, uma vez que acarreta riscos elevados, reduz a escassa margem de autonomia das escolas», etc., e depois diz que «potencializa a ingerência das autarquias em domínios que não deverão ser da sua responsabilidade». É este o esclarecimento que eu gostava de ver, porque diz o Bloco que os municípios têm situações muito distintas e isso pode aumentar aqui algum agravamento de assimetrias. Mas, basicamente, o que quero perceber é como vê esta dimensão local da intervenção no sistema educativo, porque se o Bloco se preocupa com a ingerência do Município, não o vejo preocupado por este centralismo bacoco que temos em Portugal na Educação, que é uns burocratas em Lisboa decidem, dão-se ao luxo de decidir em nosso nome tudo o que se ensina em todas as escolas do País, todos os professores que são colocados em todas as escolas, infernizando a vida das famílias, dos professores, dos alunos, num sistema arrogante, num regime que torna só o País mais instável profissionalmente, socialmente e familiarmente. Em nenhum país do mundo isto é assim já, a não ser na União Soviética, ou na ex-União Soviética, que era assim que se decidia o sistema educativo do país, com os resultados que se têm visto, ou que se viu. -----

Em relação a este assunto gostava ainda de deixar uma nota para o Município. Sei que não é o ponto da ordem de trabalhos, mas, uma vez que neste Período de Antes da Ordem do Dia temos esta questão de interlocução com o Município, que é compreender de forma mais abrangente como é que está o processo de descentralização de



competências nas diferentes áreas. É um assunto que gostávamos que o Município nos informasse, não apenas no que diz respeito à educação, mas no que diz respeito às outras dimensões. Também convidar a Mesa a tomar esta iniciativa, ou a própria Câmara Municipal, de juntar os outros partidos políticos neste debate. É um debate demasiado sério para ser trabalhado de forma meramente partidária. Acho que, enquanto cidadãos deste Concelho com responsabilidade de representar os feirenses, devemos participar ativamente neste processo de descentralização e de desconcentração do Estado, nomeadamente pela via do processo de regionalização, porque a maneira como tem sido trabalhado, fora dos holofotes, muitas vezes, mediáticos, fora daquilo que é o conhecimento de cidadãos, na prática estamos a querer mudar estruturalmente o país sem sermos transparentes, sem sermos claros e apresentando factos consumados sobre os próprios municípios. Nós fomos eleitos, os membros da Câmara Municipal foram eleitos, temos o mesmo direito dos senhores ministros ou dos senhores deputados da Assembleia da República de discutir este assunto e não aceitar que os governantes do Estado central sejam os mandadores e nós sejamos os mandados, ou pior do que isso, os paus-mandados. Não estamos disponíveis para isso e, portanto, estamos muito disponíveis sim, para de uma forma séria, honesta, num trabalho conjunto entre as diferentes forças partidárias, discutirmos este assunto, porque este diz respeito ao nosso dia a dia, ao dos nossos cidadãos e dos nossos concidadãos. -----

Em relação à proposta da CDU de apoio às associações de bombeiros, inscreve-se, aparentemente, naquela lógica de trazer moções nacionais e, portanto, é com essa distância que vemos o assunto. Portanto, não podemos acompanhar este tipo de formas de propor ações locais. -----

A mesma coisa relação ao plano estratégico da água.-----

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda de acolhimento de refugiados, deixe-me dizer que, apesar de em alguns momentos termos sentido que há



uma tentação da Câmara Municipal em mediatizar este assunto, esta necessidade de também sinalizar virtude, também é verdade que temos visto que a Câmara Municipal está sinceramente empenhada neste tema, em parceria com a sociedade civil, a qual também quero aqui destacar o empenho. Mas a própria Câmara tem mostrado empenho em criar condições rápidas, rigorosas e cuidadas para o acolhimento de refugiados da Ucrânia e, por isso, penso que este assunto não deve ser partidarizado, não devemos estar aqui a distribuir espaço para que cada partido mostre mais sinalização da sua virtude. É um assunto que penso que está bem entregue às equipas técnicas do Município, e temos toda a disponibilidade para colaborar em tudo o que seja necessário, mas achamos que não é um assunto que deve dividir-nos nesta Assembleia. E, portanto, nós vamos abster-nos de participar sequer nesta votação. -----

Em relação ao abate dos sobreiros gostava de perceber, da parte do Município, em que fase é que está este processo de licenciamento. Portanto, como desconhecemos tecnicamente esta questão, não temos uma posição clara sobre a mesma, porque não temos toda a informação. -----

Em relação ao tema das bicicletas compartilhadas, do CDS, vamos votar contra porque nos parece que, sendo pertinente a promoção de formas de mobilidade suave e da redução da pegada ecológica, entendemos também que já existem soluções privadas que o fazem e que permitem estes sistemas de bike-sharing em muitos lugares de Portugal e do Mundo. E, portanto, é uma atividade que, neste momento, está no mercado, não há uma falha de mercado em relação a isto, ela tem soluções já em curso em muitos sítios, e pensamos que uma câmara municipal não é a melhor entidade para fazer, não sabe de bicicletas, não tem que saber de mecânica de bicicletas, não tem que se meter num negócio que não é seu, numa atividade que só ia fazer pior do que quem já está a fazer no mercado. Portanto, se se quer trazer empresas a investir cá, que se criem incentivos, que se trabalhe com essas empresas e que se criem as melhores condições



para poderem, também, atuar em Santa Maria da Feira. É assim que vemos o assunto, de forma livre e considerando que o mercado não são um bando de malfeitores, mas são pessoas que querem promover desenvolvimento também dos territórios pela via desta relação com o Estado, via incentivos.-----

Em relação à proposta do PS, o tema da higiene feminina, obviamente não podemos deixar de estar de acordo com todas as ações de promoção da saúde, mas também achamos que não é a melhor forma de abordar este assunto. É contraintuitivo dizê-lo, pode-nos ficar aparentemente mal nas redes sociais, mas se o problema é grave, se, de facto, reconhecemos que é um problema que nos deve preocupar, então deve ser a própria comunidade educativa a pronunciar-se sobre ele, os pais, os professores, o pessoal auxiliar, o sistema de saúde, e não estarmos aqui nós a tentar arranjar uma solução para todos, de forma igual, sem conhecer a realidade específica das famílias e das escolas. É assim que também vemos estes assuntos e, portanto, se se quer tratar este assunto, que se leve o assunto ao Conselho Municipal de Educação. É o lugar onde ele deve ser discutido e, aí, o município, estando presente, com as escolas, poderão ver qual é a solução mais adequada, e não estarmos aqui nós a tentar mostrar que temos muito interesse sobre um assunto, desconhecendo a realidade específica no Concelho e trazendo estatísticas de outros países como se fosse um assunto que tivesse a mesma escala. Não temos esses dados e, portanto, deixava esta nota, se há um Conselho Municipal de Educação é exatamente para estes assuntos, e não é a Assembleia que tem que o substituir. Penso que não nos fica bem fazer, até, essa substituição, desrespeitando o próprio órgão que, aliás, hoje, vamos aqui aprovar a sua constituição. E, portanto, sendo bem-vinda esta reflexão e preocupação, penso que a Assembleia agradece trazer o assunto desta reflexão e preocupação, mas parece-nos desajustado ser ela a decidir o que é que se deve fazer sobre este assunto.-----



Só mais um minuto para falar da proposta do Bloco de Esquerda em relação à agressão à Ucrânia. O que sentimos em relação a esta proposta, e já o sentimos desde a última assembleia, pelo menos, é que o Bloco está a tentar, agora, resolver um erro de opção estratégica que teve quando este assunto surgiu. E está a andar atrás do vento, a tentar apanhar uma boleia de uma opinião pública, que é muito clara na sua revolta, e o facto de estar consternada tem sido muito claro na nossa sociedade e, portanto, há aqui uma tentativa de, agora, apanhar essa boleia, de apanhar o vento certo.-----

Mas eu queria aqui lembrar esta Assembleia, já que trazemos assuntos deste âmbito nacional e internacional, o que é que a senhora deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dizia no dia 14 de fevereiro, na SIC. Abro aspas e cito: «A Rússia está a sentir que o seu espaço vital está a ser ameaçado e desloca tropas para a fronteira com Ucrânia como forma de pressionar a não entrada da Ucrânia para a NATO, que é um espaço militar sob a influência dos Estados Unidos. Não sou ingénua para não achar que por detrás deste conflito há interesses económicos fortíssimos que não são só de Putin». Isto foi dito no dia em que Putin estava a ordenar a concentração de milhares de soldados nas fronteiras com a Ucrânia e já tinha iniciado manobras militares na Bielorrússia. -----

Uma semana depois, 21 de fevereiro, no mesmo programa, a mesma deputada do Bloco de Esquerda dizia: «A guerra não existe, é um conflito diplomático. O que está em causa é se a atitude dos Estados Unidos contribuiu para escalar este conflito e se a atitude da NATO foi responsável por escalar este conflito.» Dizia ela também: «A democracia ucraniana tem um problema, é o problema de não ser uma democracia», dizia ela, «e não sabemos o que pensam de facto os ucranianos. O que vejo é um governo de extrema-direita, com fascistas corruptos no governo.» E dizia também: «É uma irresponsabilidade andar a abanar sanções como forma de agressividade para a escalada do conflito.» E ainda: «Eu não preciso de



deixar de criticar Putin para conseguir condenar a política dos Estados Unidos e a política da União Europeia.» E ainda, para terminar: «Não quero arriscar qualificar aquilo que aconteceu, nem como invasão e muito menos como início de uma ocupação. É uma irresponsabilidade antecipar tragédias.» Dizia ela neste dia, no dia exato em que Putin anunciou ter dado ordem para o início da agressão à Ucrânia, após reconhecer as pseudo-repúblicas de Donetsk e Lugansk.-----

Nesse mesmo dia, mais ou menos à mesma hora, a Iniciativa Liberal estava a publicar, no seu site, a sua posição, um manifesto sobre este assunto, que dizia o seguinte: A Iniciativa Liberal acompanha com enorme preocupação a escalada na agressão à soberania da Ucrânia por parte da Rússia. Manifesta a sua total solidariedade com o povo ucraniano. Nesta como em todas as situações, estaremos inequivocamente do lado do respeito pelo Direito Internacional, pela Democracia Liberal e pela Liberdade. Exorta o Governo português a assumir uma posição igualmente clara nesta matéria. É um momento em que não podem existir hesitações: a Rússia procura uma agressão territorial imperialista de grande escala com justificações étnicas e racistas. Os governantes russos têm medo da democracia liberal a crescer às suas portas. A agressão expansionista é uma tentativa desesperada dos governantes de um Estado em declínio manterem-se no poder. A agressão russa é um ataque aos valores da democracia liberal. Estaremos sempre do lado da democracia liberal e de todos os povos que a ambicionem e lutem contra quem a quer reprimir usando violência de Estado.-----

Dizíamos nós isto no mesmo dia, à mesma hora, em que a senhora deputada estava com aquela atitude.-----

Senhores deputados, a Iniciativa Liberal sempre mostrou absoluta firmeza e clareza na sua posição sobre a invasão e a condenação de regimes totalitários, e não foi por acaso que as associações ucranianas a residir em Portugal se associaram à Iniciativa Liberal no desfile do 25 de abril. Sabem



quem esteve e quem está do seu lado, e sabem que o Bloco de Esquerda não estava lá quando a invasão começou, e não tinha esta posição no dia em que aconteceu a invasão. E, portanto, com que moral vem agora tentar mascarar aquilo que disseram e que, no fundo, é o que pensam? Nunca vi o Bloco de Esquerda a assumir a importância da NATO, a importância de defesa do mundo ocidental e dos valores da democracia ocidental, e vejo-o, agora, muito preocupado a tentar corrigir o tiro errado que teve. No entanto, não podemos votar contra a moção porque, obviamente, mantemos os nossos valores e a nossa visão do que está em causa nesta guerra e, portanto, obviamente, estaremos sempre do lado da democracia liberal. -----

Para terminar, em relação ao 1.º de Maio, juntando as duas para ser mais rápido, obviamente estamos de acordo com a defesa dos direitos dos trabalhadores e do valor simbólico do 1.º de Maio. Aliás, não acredito que nesta sala, ou lá fora, haja alguém de boa-fé que possa estar contra a defesa dos direitos trabalhadores. Porém, senhores deputados, permitam-me dar-vos uma notícia hoje. Não são as declarações políticas nem os votos de saudação que fazem melhorar as condições dos trabalhadores, são as políticas, nomeadamente as políticas económicas. Depois de quase 20 anos de socialismo, dos quais 5 com o apoio do Bloco de Esquerda e da CDU, os salários médios dos trabalhadores portugueses são dos mais baixos da Europa e do mundo ocidental, abaixo da Letónia, República Checa, Estónia, Lituânia, Polónia, Eslovénia, tudo países que fugiram do comunismo e procuraram políticas mais liberais. O salário dos portugueses é metade dos salários que os trabalhadores auferem em economias liberais, como a holandesa, a suíça ou a luxemburguesa. Nos Estados Unidos é quase três vezes mais que em Portugal. -----

E segundo um estudo recente, Portugal precisa de cinco gerações para que alguém que tenha nascido numa família pobre possa sair dessa espiral de pobreza. Um terço dos nossos trabalhadores não consegue sair do limiar



de pobreza por mais que se esforcem, trabalhando todos os dias arduamente. E, no último Governo que vocês apoiaram os dois, Portugal perdeu mais três lugares no ranking do rendimento per capita, à escala europeia, passando de 18.º para 21.º, sendo ultrapassado pela Lituânia, Polónia e Hungria e estando a ser apanhado já pela Roménia.-----
É isto que o socialismo faz pelos trabalhadores. É o que tem feito por Portugal, tornando-o mais endividado, menos competitivo e, portanto, também, oferecendo piores condições aos trabalhadores. Como dizia um deputado da Iniciativa Liberal esta semana no Parlamento, diga, ou digam, um país que tenha seguido políticas coletivistas e que tenha melhorado as condições de vida dos seus trabalhadores. Digam um! Não conseguem, não há. Viva o 1.º de Maio.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Goicetti** (CDS-PP) que disse, em relação às considerações feitas à recomendação do CDS-PP sobre as bicicletas compartilhadas, que a ideia é que o Município chegue a acordos com empresas privadas. Referiu que o Município está a construir ciclovias e que é preciso retirar o maior proveito dessa situação, comentando que países mais desenvolvidos já têm este sistema e que, por exemplo, o município de Espinho já tem as trotinetes através de acordos feitos com empresas privadas.-----

Salientou que Santa Maria da Feira tem outras prioridades, mas que esta é uma oportunidade, comentando que, por exemplo, um estudante pode aproveitar para se deslocar para a escola através de uma bicicleta compartilhada.-----

Concluindo, disse que são muitos os benefícios que se podem receber através da implementação do sistema de bicicletas compartilhadas, pelo que não vê inconveniente para que a proposta do CDS-PP avance. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se



passa a citar:-----

“Eu vou começar por apresentar a posição do Bloco de Esquerda relativamente às propostas que foram apresentadas pelos restantes partidos nesta Assembleia e, depois, se o Sr. Presidente me der uns minutos, vou tentar responder a alguns pedidos de esclarecimento que foram feitos relativamente às propostas do Bloco de Esquerda. -----

Relativamente à moção da CDU de apoio às associações humanitárias de bombeiros, o Bloco de Esquerda concorda com esta moção, reitera a importância de um efetivo apoio às associações humanitárias de bombeiros, e irá votar favoravelmente. -----

Relativamente à moção da CDU sobre a tomada de posição sobre o Plano Estratégico da Água, concordamos e defendemos a garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis e concordamos com os termos da proposta na tomada de posição sobre o conteúdo deste plano estratégico e, portanto, votaremos favoravelmente.-----

Relativamente à recomendação do CDS-PP pela implantação de um sistema de bicicletas partilhadas em Santa Maria da Feira, o Bloco de Esquerda entende que isto é, de facto, uma mais-valia para o Município. Há aqui, de facto, Câmaras que estão a optar por este serviço de bicicletas partilhadas e estão a ter duas estratégias diferentes, por um lado Câmaras que procuram implementar, gerir e explorar este serviço de bicicletas partilhadas, e outras que optam pela entrega deste serviço, pela concessão deste serviço. O Bloco de Esquerda entende e apoia esta proposta com a condição de que este seja efetivamente um serviço público instalado, gerido e explorado pela Câmara Municipal e pelo erário público. A senhora deputada do CDS acabou de nos dizer que esta não é, de todo, a intenção e, portanto, a intenção que nós trazíamos para este voto era um voto favorável, mas com esta sua ressalva não poderemos apoiar esta recomendação. -----

Relativamente à recomendação do Partido Socialista para disponibilização



de produtos de higiene feminina nas escolas públicas, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta. A higiene é central na promoção da qualidade de vida e da saúde pública e entendemos que esta recomendação, para a disponibilização de produtos de higiene feminina em todas as casas de banho femininas das escolas do nosso Concelho, é uma medida fundamental para garantir a justiça social no acesso a estes bens de primeira necessidade. Esta, aliás, é já uma posição antiga do Bloco de Esquerda, e importa recordar também que, em 2020, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta na Assembleia da República exatamente nestes termos, para o reforço do acesso de produtos de higiene menstrual através da sua distribuição gratuita em centros de saúde e em escolas, que contou com o voto contra do Partido Socialista. Em 2021 voltamos a apresentar essa mesma proposta na Assembleia da República e, nessa altura, contamos com a abstenção do Partido Socialista. O Bloco de Esquerda defende o que sempre defendeu e também saúda a mudança de posição do Partido Socialista relativamente à disponibilização de produtos de higiene menstrual nas escolas públicas. -----

Relativamente ao voto de saudação da CDU aos trabalhadores e às comemorações do 1.º de Maio, ela é muito idêntica à proposta que o Bloco de Esquerda aqui apresentou e, portanto, votaremos a favor a proposta apresentada pela CDU. -----

Agora, se me der uns minutos, também aproveitaria já para prestar alguns esclarecimentos que me foram solicitados. -----

Relativamente à questão colocada pela CDU no que toca ao acolhimento dos refugiados, em nenhum momento da proposta que o Bloco de Esquerda apresentou essa estrutura é identificada para uma nacionalidade específica de refugiados. É, de facto, uma estrutura que acolhe a todos os refugiados que fogem de conflitos. -----

Notei, com alguma perplexidade, a apresentação que o deputado Miguel Branco, do Chega, fez aqui sobre a questão da tarifa social, porque



confundiu a questão das famílias numerosas com carência económica. E, portanto, a tarifa social que se propõe aqui a aplicação automática, é uma tarifa que é automaticamente aplicada, que está prevista na lei e que já o é feito na energia. E, portanto, há opção de os municípios aplicarem esta tarifa social, que não tem que ver com famílias numerosas, tem que ver com rendimentos dos agregados familiares, e que contribui, também, para a redução das taxas e taxinhas que criticou na fatura da água. -----

Relativamente à Iniciativa Liberal, há aqui uma questão, a questão da ingerência, na nossa moção, sobre a transferência de competências. Isto foi uma citação daquilo que foi a posição de uma união sindical de professores, na apresentação do texto desta moção. O que acontece aqui é que, de facto, é um tema complexo, a questão da descentralização das competências. O Bloco é a favor da regionalização, mas a questão é que, aqui, não nos parece que é uma descentralização efetiva de competências, é uma atribuição de tarefas ao Município sem que haja um envelope financeiro adequado para isto. E uma preocupação efetiva do Bloco de Esquerda, neste tema, é que isto contribua para uma efetiva degradação do serviço público de educação no nosso Concelho. E, portanto, na senda dessa preocupação que, muitas vezes, tem justificado que determinados elementos dos serviços públicos sejam privatizados, temos esta preocupação, de que esta transferência de tarefas não seja acompanhada de um envelope financeiro adequado. Portanto, a questão da ingerência foi uma citação atribuída a uma preocupação também levantada por membros da comunidade escolar. -----

Relativamente à questão da afirmação do voto de condenação da agressão da Federação Russa, aqui é importante reafirmar que, desde o momento em que houve o início do conflito armado, o Bloco manifestou uma posição concreta sobre esse conflito, e que também foi manifestada na sua aprovação dos Votos nesta mesma Assembleia Municipal. E, de facto, o Bloco também tem sido alvo de alguma manipulação de afirmação de



desmentidos relativamente às posições do Bloco neste tema, e, portanto, não querendo entrar numa discussão muito alargada sobre este tema, desde o momento que há uma agressão armada da Rússia à Ucrânia, a posição do Bloco é clara na condenação dessa mesma agressão. -----
Depois, deixar aqui uma questão, que é uma diferença ideológica fundamental. Portanto, para a Iniciativa Liberal as políticas económicas protegem os trabalhadores, para o Bloco de Esquerda são as políticas laborais e as políticas aplicadas ao Código de Trabalho que protegem, efetivamente, os trabalhadores. E, de facto, também ouço com alguma perplexidade a associação do Partido Socialista à aplicação de um modelo político coletivista e socialista. Não sei, nunca entendi que tenha vivido, em algum momento, numa estrutura política desta natureza.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Antes de fazer a análise das moções, queria também reforçar o que o colega da Iniciativa Liberal começou por dizer relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia. Já falamos, inclusive informalmente, sobre isso, e eu queria apelar aos grupos municipais e à Mesa para que fizéssemos uma distribuição mais equitativa deste Período de Antes da Ordem do Dia. Há aqui uma série de moções que são apresentadas, os grupos têm oportunidade de agendar pontos na Ordem do Dia, podem-no fazer e até permite uma discussão mais alargada de certos assuntos, ao invés de estarmos a ocupar os 60 minutos do Período de Antes da Ordem do Dia na discussão de moções e a privar os elementos desta Assembleia de colocar questões relacionadas com o dia a dia dos munícipes, e que são importantes também para a discussão. E apelava à Mesa que fizesse, no futuro, essa gestão mais equitativa, e, já agora, o Partido Socialista apresentou apenas um voto de pesar e uma recomendação, nós temos uma



questão muito breve para apresentar ainda neste Período de Antes da Ordem do Dia, e pedia ao Sr. Presidente para ter essa amabilidade de nos dar essa oportunidade. -----

Relativamente às moções, vou começar pelo Bloco de Esquerda. Relativamente à tarifa social da água, todos reconhecemos o grande ónus que a fatura da água tem acarretado aos feirenses. Aceitamos que a importância de apoiar os mais carenciados com a tarifa social da água possa ser feito de forma automática e sem obrigar as pessoas a um processo burocrático e difícil, normalmente, para as pessoas que têm mais limitações. -----

Relativamente à transferência de competências na Educação, vamos votar contra. Consideramos que, ao contrário daquilo que diz esta moção, a descentralização da gestão da Educação reforçará a autonomia das escolas e será uma mais-valia também para a comunidade na qual está inserida. --

Quanto ao acolhimento dos refugiados, o grupo municipal do Partido Socialista apresentou um voto de solidariedade para com o povo ucraniano na última Assembleia Municipal, pelo que estamos obviamente a favor. -----

Quanto à proibição do abate de sobreiros, defendemos que a Câmara Municipal deve ter uma política de defesa das espécies, nomeadamente dos sobreiros, e uma política florestal e ambiental melhor e mais responsável do que aquela que tem tido. Mas, consideramos que essa política deve ir mais além do que aquilo que é recomendado nesta recomendação, e, portanto, vamo-nos abster. -----

Relativamente ao voto de condenação da agressão da Federação Russa à Ucrânia, obviamente que vamos votar a favor, assim como os votos de saudação do 1.º de Maio, quer do Bloco de Esquerda, quer da CDU. -----

Relativamente à CDU e à moção de apoio aos bombeiros voluntários, vamos votar a favor, obviamente. -----

Quanto à posição sobre o Plano Estratégico da Água, iremos abster-nos. ---

Relativamente à recomendação do CDS sobre as bicicletas compartilhadas,



nós compreendemos e partilhamos a motivação desta recomendação, estamos obviamente a favor de tudo o que seja em prol da mobilidade sustentável, estamos a favor do princípio, vamos votar a favor desta recomendação. No entanto, e com muita pena nossa, reconhecemos que a implementação destas medidas será dificultada tendo em conta a forma como as infraestruturas estão organizadas e implementadas no nosso território.-----

Relativamente, e para responder aqui a algumas questões relacionadas com a recomendação do PS, em primeiro lugar, lamento que o estigma de que fala a recomendação esteja patente nesta Assembleia, dadas algumas reações durante a apresentação desta recomendação. Lamento. Quero ainda dizer que não queremos substituir qualquer órgão educativo, o que nós queremos é recomendar e alertar. Esse também é o nosso papel nesta Assembleia e não devemos abdicar dele. -----

Quanto à questão que o deputado do Bloco de Esquerda levantou relativamente às votações na Assembleia da República, quero dizer que as nossas votações, neste órgão, não estão condicionadas pelas votações da Assembleia da República. E quero dizer que a nossa líder, a Susana Correia, enquanto Deputada da Assembleia da República, votou sempre a favor junto com as mulheres socialistas e, por vezes, separando-se daquilo que era a votação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Portanto, dizer que vamos votar a favor, independentemente do que acontece a nível nacional.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer que, em primeiro lugar, queria associar-se à vontade já expressa por vários grupos municipais no sentido de se procurar reduzir o número de documentos a apreciar no Período de Antes da Ordem do Dia, assim como o tempo de discussão dos mesmos.-----

Relativamente à proposta sobre a tarifa social da água, apresentada pelo



BE, informou que o grupo municipal do PSD a iria votar contra, comentando que o membro Miguel Branco até já tinha apresentado bons motivos pelos quais se deve fazê-lo. Ainda no âmbito do assunto deu nota que a Câmara Municipal já presta apoio social a quem tem necessidade e não pode pagar a água, acrescentando que, além disso, a moção está encerrada numa matriz ideológica de extrema-esquerda com a qual o PSD não pode, obviamente, concordar. -----

Referiu que situação igual acontece com a proposta da CDU sobre o Plano Estratégico da Água 2030, pelo que o grupo municipal do PSD também a iria votar contra, dando ainda nota que a gestão em baixa da água já é efetuada pelos municípios e que a gestão em alta é feita pelas comunidades intermunicipais. -----

Disse que o grupo municipal do PSD também iria votar contra a recomendação do BE sobre o acolhimento de refugiados, salientando que aquilo que o BE propõe já vem tarde e a más horas porque, em grande medida, já é efetuada pelo Município, comentando que aquilo que não é efetuada pelo Município é, em grande parte, responsabilidade do Governo central. -----

Sobre a recomendação relacionada com o abate de sobreiros disse já não ser a primeira vez que o BE traz este assunto à Assembleia Municipal e que, mais uma vez, trata-se de uma proposta demagoga pelo que, por isso mesmo, o grupo municipal do PSD a iria votar contra. Referiu que as pessoas precisam de saber que os sobreiros não podem ser abatidos sem autorização e que, quando são, na maioria dos casos são repostos até em número superior. Disse também ser importante dar nota que não existem zonas de sobrado em Santa Maria da Feira, acrescentando, quanto ao investimento em concreto, que a freguesia de São Paio de Oleiros carece de um estabelecimento daquela natureza e precisa de desenvolvimento económico, frisando que é preciso defender o interesse dos oleirenses. -----
De seguida, e referindo-se à recomendação do CDS-PP sobre as bicicletas



compartilhadas, solicitou que o comentário que iria fazer acerca da mesma fosse considerado como declaração de voto do grupo municipal do PSD, que se iria abster. Disse que a Câmara Municipal já iniciou inclusivamente o processo que o CDS-PP refere, mas que, contudo, esta medida, para a Câmara Municipal e para o PSD, só faz sentido se for efetuada por privados. Referiu que a proposta do CDS-PP não é totalmente clara sobre que método será adotado pelo que, portanto, o grupo municipal do PSD se iria abster. -----

Relativamente à recomendação do PS sobre os produtos de higiene feminina comentou que, habitualmente, só o BE e a CDU trazem a cartilha nacional para esta Assembleia, mas que o PS também passou a trazer a sua cartilha. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra a recomendação porque, em primeiro lugar, se se trata de um apoio social, o mesmo não deve ser direcionado a todos, mas somente a quem precisa, acrescentando que também achou muito curioso que o PS só tenha apresentado esta proposta quando a competência da Educação passa para o Município. Salientou que se o PS quer que a medida seja implementada no Município, deve ser o Governo central a avançar com a implementação da mesma ou, então, dar ao Município os meios financeiros para a poder levar a cabo, não sobrecarregando o Município com despesa quando o Governo já poderia ter avançado com esta iniciativa há muito tempo.-----

Sobre os votos de saudação ao 1.º de Maio disse ser evidente que o PSD será sempre a favor da defesa dos trabalhadores. Salientou que muitos partidos, muitas vezes, enchem a boca com a defesa dos trabalhadores, mas que Santa Maria da Feira é um exemplo de que o que é preciso é trabalhar, e não encher a boca, porque, com a situação de pleno emprego que tem, os salários acabam por poder subir muito à custa disso. Acrescentou que, dito isto, o grupo municipal do PSD admite que os salários são baixos na generalidade do País e, como tal, iria votar favoravelmente a proposta da CDU, mas, quanto à proposta do BE, apenas



a iria votar a favor caso fosse mudada a frase que diz "(...) tendo em conta os baixos salários praticados em Santa Maria da Feira(...)" para "(...) tendo em conta os baixos salários praticados em Portugal (...)".-----

Concluiu a sua intervenção reafirmando que, caso o BE entendesse promover esta alteração, então o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente esse voto de saudação com a nota que é preciso perceber, a respeito dos salários baixos existentes em Portugal, que nos últimos 27 anos, 20 anos foram governados pelo Partido Socialista e, em 4 deles, o Bloco de Esquerda esteve a apoiar esse governo do Partido Socialista. -----

Entrou a deputada municipal Cristina Tenreiro. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para se pronunciar sobre os documentos em apreço que entendesse, o qual começou por dizer que a primeira nota era para justificar a ausência do Sr. Presidente da Câmara nesta sessão, informando que a mesma prende-se com um curto período de férias que estava previamente agendado à marcação desta sessão. -----

Dada esta nota, referiu que o período para a discussão de moções é habitualmente destinado à discussão entre os membros da Assembleia e que, em bom rigor, foi isso que sucedeu, mas que uma das notas que queria dar era para associar a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira ao voto de pesar pelo falecimento do Professor Antero Monteiro. Saliu que Antero Monteiro é uma figura incontornável da Cultura do Município e, portanto, a Câmara quer subscrever totalmente esse voto e, assim, endereçar os mais sinceros sentimentos à família e, de forma muito particular, aos oleirenses, a quem Antero Monteiro dedicou um amor infinito e a quem deixou escritas histórias que serão fundamentais para a freguesia de São Paio de Oleiros. -----

Realçou que, assim, considera justo que a Câmara se associe e que a



Assembleia emita um voto de pesar pelo falecimento de Antero Monteiro, o qual deu um contributo inestimável para a promoção da leitura, políticas de leitura, política do livro e também para a poesia no concelho de Santa Maria da Feira, acrescentando que propõe que, ao ser aprovado o voto de pesar, fosse guardado um minuto de silêncio em homenagem ao Professor Antero Andrade. -----

De seguida, o Sr. Vice-Presidente da Câmara fez notar que, nas intervenções anteriores, foram colocadas questões diretas à Câmara pelo representante da Iniciativa Liberal, e que o grupo municipal do PS também manifestou intenção de colocar uma questão à Câmara, questionando ao Sr. Presidente da Assembleia se iria abrir um período para os grupos municipais colocarem questões à Câmara, ao que o **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que pretendia que o Sr. Vice-Presidente da Câmara fizesse, naquele momento, as considerações que entendesse para, depois, submeter os documentos a votação e dar por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia. -----

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** comentou que, por uma questão de equidade, para responder à Iniciativa Liberal tinha, também, de colocar a Câmara na disponibilidade de responder a outras perguntas que possam ser feitas pelos diferentes grupos municipais, tendo o **Sr. Presidente da Assembleia** informado que, então, daria a palavra aos partidos representados nesta Assembleia para, se o pretendessem, interpelarem a Câmara Municipal. -----

Interveio o membro **Virgílio Ribeiro** (PS) que começou por dizer que, em primeiro lugar, e em nome do grupo municipal do PS, solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia informação sobre os pedidos de esclarecimento endereçados por aquele grupo municipal por escrito e que, até ao momento, não obtiveram qualquer resposta. Referiu que, para não ser exaustivo na referência a todos, mencionava dois dos seis pedidos de



esclarecimento sem resposta, o primeiro dos quais datado de 21 de outubro de 2021 referente à ocupação de uma sala do Jardim de Infância da Cantina, por parte da Associação de Bem-Estar de Santa Maria de Lamas.-----

Disse que outro exemplo prende-se com o pedido de informação sobre se a previsão dos consumos de água estão ou não de acordo com os consumos reais, referente a intervenção feita na sessão da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022 e, posteriormente, questionado por escrito através de pedido datado de 4 de março de 2022.-----

Disse que o objetivo é obter os esclarecimentos solicitados, alertar para que não caiam no esquecimento e para que a não resposta se prolongue ao longo do ano e, muito menos, se torne numa situação frequente. Salientou que, neste âmbito, até poderia adiantar um pouco a discussão que, eventualmente, seria tida no ponto n.º 14 da Ordem do Dia desta sessão, referente ao Estatuto do Direito de Oposição, acrescentando que a eficiência do acesso do direito à informação é de extrema importância para o trabalho da Oposição e sinaliza a qualidade da democracia.-----

Realçou que, depois de receber o documento relativo ao resumo do expediente, comprova-se que o Sr. Presidente da Assembleia deu instruções no sentido do e-mail com o pedido de esclarecimento ser direcionado ao Sr. Presidente da Câmara, pelo que solicitava ao Executivo, e ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, que, com brevidade, fossem dadas as respostas às questões levantadas pelo grupo municipal do PS.-----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que, no passado dia 21 de abril, um utente deslocou-se à extensão de saúde de Sanguedo para agendar uma consulta médica de rotina, a qual foi marcada para janeiro de 2023, ou seja, daqui a 8 meses. Referiu que o BE queria saber se a Câmara teve conhecimento desta situação, questionando qual é a justificação para o agendamento desta consulta, nos cuidados de saúde



primários, para daqui a 8 meses e que medidas pode a Câmara efetivamente tomar para que se tente providenciar cuidados de saúde atempados para as pessoas que se deslocam àquela unidade de saúde. -----

Disse também ter algumas questões sobre o concurso público de transportes da Área Metropolitana do Porto, comentando que o mesmo foi novamente suspenso pela admissão de duas impugnações pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e que, perante isso, a Comissão Executiva da Área Metropolitana manifestou a intenção de invocar o interesse público para levantar a suspensão e dar início ao contrato, que contribuirá para a melhoria do serviço público de transportes. -----

Realçou que, sendo o setor dos transportes tão importante para o desenvolvimento do Concelho e face à necessidade de investimento que existe nesta área, questionava ao Executivo se já deu entrada o pedido de invocação do interesse público para levantar a suspensão e qual é a convicção que tem sobre essa questão, assim como perguntava que planos tem o Executivo para a melhoria dos transportes públicos em Santa Maria da Feira caso não seja levantada a impugnação que, pelo que veio a público, pode parar o concurso durante mais 3 a 5 anos. -----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse querer colocar três questões, a primeira das quais dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que, em 28 de junho de 2013, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma recomendação apresentada pela CDU para que se atribuísse a um local público o nome de Álvaro Cunhal. Realçou que, hoje, passam 4 dias da celebração de mais um 25 de Abril, em que se celebrou a revolução que acabou com o regime fascista em Portugal, tendo Álvaro Cunhal sido um exemplo de luta contra esse regime e pela instauração de um sistema político que permitisse aos portugueses viver em liberdade. Disse que, entretanto, decorreram 9 anos desde essa deliberação da Assembleia, pelo que solicita ao Sr. Presidente da



Assembleia no sentido de diligenciar para que a Câmara Municipal respeite e cumpra as decisões tomadas por este órgão do Poder Local que é a Assembleia Municipal, que é fruto da Revolução de Abril, da qual Álvaro Cunhal é um dos seus obreiros. -----

Prosseguindo, deu nota que a segunda questão é relativa à transferência de competências na área da Saúde, comentando que, como é do conhecimento público, a data limite para a transferência de competências para o poder autárquico estava prevista para o dia 1 de abril de 2022. Referiu que, dado que a transferência de competências na área específica da Saúde não é automática, estando dependente da assinatura de auto de transferência por parte dos municípios, questiona o Executivo sobre esta situação, ou seja, se foi assinado, ou não, o auto de transferência. -----

Informou que a terceira questão diz respeito ao assunto que estava previsto discutir no ponto n.º 7 da Ordem do Dia, mas que, entretanto, foi retirado. Disse ter tido a oportunidade de passar, na manhã de hoje, no local e verificou que, na parcela que julga estar em causa, e que será vendida, já existem obras de terraplanagem a decorrer, estando a dita rampa já feita e faltando apenas pavimentar, pelo que questionava se a Câmara tem conhecimento desta situação. Disse que gostava ainda de questionar porque é que, na altura da construção da fábrica, a parcela em causa foi integrada no património do Município, assim como perguntar qual foi o critério de avaliação para ter sido atribuído o valor de 1.500 euros à parcela, o que, estando-se a falar de 300 metros quadrados, dá um valor de 5 euros por metro quadrado. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que este tempo de interpelação à Câmara não é uma excentricidade, que é um direito regimental e legal, mas também uma obrigação que os membros têm perante quem os elegeram, reforçando que está prevista a possibilidade de, no Período de Antes da Ordem do Dia,



questionar a Câmara Municipal.-----

Disse que outra nota que deixava é que acha estranho o Sr. Presidente da Câmara marcar férias, com todo o direito que tem, exatamente para o dia do ano em que o Executivo presta contas à Assembleia Municipal. Fez notar que tal só acontece um dia por ano, pelo que acha curiosa essa coincidência, dizendo ter pena que o Sr. Presidente da Câmara não tenha articulado com a Mesa da Assembleia para poder estar presente na sessão. Posto isto, disse querer questionar à Câmara qual o ponto de situação do Plano Estratégico da Área Metropolitana do Porto, que é mencionado no Relatório de Gestão, assim como questionar o ponto de situação do processo de revisão do PDM. -----

Disse que outra nota que resulta da leitura do Relatório é que terá havido, ou estará em curso, um trabalho de monitorização da política educativa municipal realizada pela Universidade de Aveiro, salientando que a IL gostava de ter acesso a esses documentos ou, pelo menos, a algum ponto de situação sobre esse trabalho. -----

Concluindo, pediu informação à Câmara sobre o que está a acontecer com as cirurgias de esterilização dos animais domésticos, se é verdade ou não que este processo foi suspenso ou cancelado.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que, antes de dar a palavra à Câmara Municipal, devia alertar que, pelo regimento, a única coisa que tem que assegurar no Período de Antes da Ordem do Dia é que cada partido, eleitos em listas independentes, coligações ou frente de partidos possa intervir pelo menos uma vez, desde que o deseje.-----

Referiu que, portanto, há 60 minutos para serem geridos pelos partidos, fazendo notar que se os partidos esgotam os 60 minutos em moções, algumas delas reiteradamente repetidas, é um problema de cada partido, que não diz respeito ao Presidente da Mesa. Disse ser isso que está regimentalmente previsto, acrescentando que se decidiu abrir um período



para os partidos terem colocado questões à Câmara foi porque não gosta de tirar a palavra a ninguém nem cortar a palavra a ninguém, pelo que entendeu, apesar de não estar previsto regimentalmente, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, mas que se não o fizesse também não estava a cometer nenhuma violação ao regimento. -----

Posto isto, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes. -----

Interveio o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que começou por dizer, em relação à intervenção feita pelo membro Virgílio Ribeiro, do PS, que pensa que a Câmara tem dado resposta à maioria das perguntas colocadas pelos membros da Assembleia Municipal no período que está previsto regimentalmente. Referiu, sobre as perguntas que foram colocadas e não respondidas, que iria instar aos senhores vereadores para cumprirem escrupulosamente o prazo regimental de resposta aos deputados municipais. Salientou que ele próprio já ocupou a posição de Presidente da Assembleia Municipal e foi algo que sempre pediu que fosse feito e, portanto, dirá aos seus colegas vereadores que estão ausentes para que respondam por escrito, rapidamente, às questões que foram levantadas e que não foram respondidas em tempo oportuno. -----

Em relação às perguntas colocadas pelo membro Tiago Paiva, do BE, disse, sobre a questão da marcação muito tardia de consulta, que teve oportunidade de trocar algumas impressões com o vereador responsável pela área da Saúde, que não está presente nesta sessão, e que pode dizer que a Câmara acompanha permanentemente estas questões. Disse ser óbvio que a Câmara fica preocupada com a marcação muito tardia de várias consultas, e que tal não está a acontecer somente na unidade de saúde de Sanguedo, nem está a acontecer somente no município de Santa Maria da Feira, comentando que há justificações para isso e há que atalhar caminho. -----



Ainda neste âmbito, disse também ser bom reconhecer que essa é uma das competências do Estado central, acrescentando que, aliás, o Bloco de Esquerda sempre disse que estava para salvar o Serviço Nacional de Saúde, empenhou-se fortemente nesse discurso, mas, como se vê, continuam a existir dificuldades junto do Serviço Nacional de Saúde. Realçou que, obviamente, a Câmara Municipal não pode justificar, no caso em concreto, a que é que se deve um atraso de 8 meses, fazendo notar que essa questão tem de ser colocada a quem de direito, e não à Câmara Municipal. Disse que aquilo que pode ser perguntado à Câmara é o que esta tem feito, e, sobre isso, pode dizer que, tal como esta Assembleia está a fazer por intermédio do membro Tiago Paiva, a Câmara o que faz é chamar a atenção, é forçar o Governo a tomar decisões sobre esta matéria, reforçando que é isto que a Câmara tem feito, com uma grande articulação dos responsáveis da área da Saúde. Salientou que a Câmara tem feito um esforço grande na área da Saúde porque, ainda recentemente, ou começou a construir ou a lançar concursos públicos para a construção de centros de saúde, de unidades de saúde familiar, sendo que lutará sempre junto do Governo para que todos os feirenses tenham acesso a cuidados de saúde primários de qualidade, com médicos e enfermeiros de família para todos, e para que rapidamente o Serviço Nacional de Saúde possa estar em condições de recuperar destes atrasos, que preocupam a todos. -----

Em relação à questão sobre o concurso público de transportes na Área Metropolitana do Porto informou que, no dia de hoje, foi realizada uma reunião da Área Metropolitana do Porto, com todos os seus representantes, e que foi perguntado pelos diferentes presidentes de Câmara se já teria dado entrada o pedido de invocação de interesse público, e que a resposta foi que ainda não deu entrada, tendo a Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto dado nota que os serviços jurídicos, ainda durante o mês de maio, irão dar entrada do pedido de declaração de interesse público. Disse esperar que o Tribunal reconheça o interesse público,



comentando que, de outros conhecimentos que tem, quando entidades do Estado, seja central ou local, invocam o interesse público, geralmente isso tem sido levado em linha de conta. Referiu que esta é uma situação que já se arrasta há 2 anos e que carece de uma decisão rápida, sendo que a convicção da Câmara é que é possível que essa decisão venha a ser tomada rapidamente, e, não o sendo, terá de ser redefinida uma estratégia em conjunto com a Área Metropolitana do Porto. -----

Em relação às perguntas colocadas pelo membro Luís Vieira, da CDU, disse recordar-se bem da deliberação aprovada por esta Assembleia, por unanimidade, relativa à atribuição do nome de Álvaro Cunhal a um local público. Disse que as juntas de freguesia apresentam as suas propostas e, geralmente, as mesmas são respeitadas pela Câmara, comentando que está em crer que, no momento em que haja um arruamento com as condições de dignidade que o nome merece, será atribuído o nome de Álvaro Cunhal, como prometido, salientando que o membro Luís Vieira fez bem em relembrar esta situação.-----

Quanto à questão da transferência de competências na área da Saúde informou que a Câmara Municipal não assinou nenhum auto de transferência. -----

Sobre a questão da desafetação de parcela de terreno que estava prevista discutir no ponto n.º 7 da Ordem do Dia desta sessão, disse que a Câmara não tem conhecimento da situação mencionada pelo membro Luís Vieira, mas que, de qualquer das formas, o Executivo irá solicitar aos serviços para averiguar se é o mesmo local e, sendo, se já estão a ser feitas ali obras. -----

Em relação ao valor de cerca de 1500 euros, disse trata-se de um valor que está fixado quando se quer retirar do domínio público uma parcela, acrescentando que, se não está enganado, é um valor fixado pela Assembleia Municipal. Realçou que coisa diferente é quando a parcela for vendida, salientando que, aí sim, é atribuído o valor de mercado mediante



a avaliação que for feita. -----

Prosseguindo, aludiu à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, dizendo que achou que o mesmo foi politicamente injusto e mesmo deselegante para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal na referência que fez quanto à ausência deste nesta sessão, comentando que aceita, mas que também tinha de, com toda a frontalidade, dizer isto. -----

Referiu que o membro Carlos Martins, da IL, na primeira intervenção que fez, caiu exatamente no erro que tentou denunciar e chamar a atenção aos outros partidos, pois passou mais de metade do tempo que usou a falar de questões nacionais e internacionais. Referiu que, apesar de tais questões serem importantes, não se pode, na mesma intervenção, denunciar e criticar e, depois, fazer exatamente a mesma coisa, sendo certo que o membro Carlos Martins não foi ao fundo da questão pois o que fez foi exatamente o que criticou, ou seja, ir à cartilha ideológica, fazendo um distanciamento ideológico em relação ao posicionamento dos outros partidos, isto sem deixar de dizer que a Câmara até concorda com a esmagadora maioria das coisas que foram por ele referidas. -----

Sobre a preocupação relativa ao licenciamento para a construção de uma superfície comercial do ramo alimentar e de um posto de abastecimento de combustível em São Paio de Oleiros, informou que o processo está, neste momento, em tramitação nos serviços da Câmara e não está licenciado. Referiu que, como todos sabem, o abate de sobreiros e a compensação que tem de ser feita desta que é a árvore nacional de Portugal, não é uma competência da Câmara, frisando que existe o enquadramento legal específico e, portanto, só sendo cumprido é que é possível o abate de sobreiros. -----

Sobre a questão do acompanhamento do processo de descentralização, referiu que o Relatório de Gestão tem uma breve resenha sobre esta matéria, sem deixar de dizer que este processo tem sido amplamente participado, geralmente pelos setores envolvidos, e que a Câmara não vê



mal nenhum, até acha enriquecedor, que o mesmo possa ser discutido com os diferentes partidos, pelo que, se a Assembleia Municipal entender organizar algo para discutir esta matéria que é sensível, a Câmara está disponível para o debate.-----

De seguida, e para dar os devidos esclarecimentos quanto ao ponto de situação do processo de revisão do PDM, o Sr. Vice-Presidente da Câmara passou a palavra à Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, a qual informou que, no passado mês de dezembro, decorreu o período de participação pública e que, durante os meses de janeiro e fevereiro, foram realizadas as modificações sugeridas pelas diferentes entidades resultantes da participação pública.---

Deu nota que, no dia 16 de março, foi tida a primeira reunião da Comissão Consultiva, com as 26 entidades, tendo sido recebidos os pareceres resultantes dessa reunião, informando que esses pareceres foram, quase todos, favoráveis, condicionados a alterações aos mapas e aos elementos escritos, que são ajustes que devem ser feitos no entendimento das diferentes entidades. Realçou que, neste momento, estão a ser feitas as devidas alterações a esses elementos, dando nota que vão sendo feitas reuniões setoriais com cada uma das entidades para se conseguir, de forma célere, fazer tais alterações, em conformidade com o entendimento de cada uma delas.-----

Concluindo, disse que o cronograma está a ser cumprido e que espera que se consiga fazer a segunda reunião da Comissão Consultiva pelo mês de junho próximo.-----

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** retomou a palavra para, em relação à questão sobre o acompanhamento da política educativa municipal, confirmar que existe esse protocolo com a Universidade de Aveiro, que foram feitas várias reuniões e que esse trabalho está a ser realizado, dando nota que já falou com o Sr. Vereador do pelouro da Educação para que, no imediato, envie para a Iniciativa Liberal, ou melhor, para todos os partidos,



esse relatório de monitorização, dizendo julgar útil que isso aconteça. -----
Sobre a pergunta relativa à esterilização dos animais domésticos disse não ter a informação que esse processo esteja suspenso, comentando que ainda hoje recebeu, do gabinete médico do veterinário municipal, alguma informação e alguns dados estatísticos do número de esterilizações que têm sido feitos, e que não lhe foi dada essa notícia, mas que iria fazer essa questão, no seguimento da dúvida levantada.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** questionou ao membro Tiago Paiva se, no seguimento do sugerido pelo membro Carlos Seixas, entendia alterar o texto do voto de saudação ao 1.º de Maio por si apresentado, tendo o membro Tiago Paiva, após breve troca de impressões, entendido não alterar. -----

O membro **Marco Jesus** (PS) pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, tendo dito o que, de seguida, se passa a citar: -----
“Sr. Presidente, eu não pretendo fazer a censura sobre as intervenções dos meus colegas da Assembleia Municipal, nem me passa pela cabeça condicionar a votação dos meus ilustres colegas, mas eu queria-lhe perguntar o seguinte; se a Mesa não acha que cai no âmbito do artigo 61.º do regimento da Assembleia Municipal a votação do ilustre membro da Assembleia eleito pelo Chega. -----

Como sabe, o artigo em si é relativo à garantia de imparcialidade dos membros da Assembleia, de maneira que, pelo que julgo saber, e se não é o caso peço desde já desculpa ao meu colega, mas julgo saber que o senhor é funcionário ou colaborador dessa empresa e, portanto, se não deve esse membro pedir escusa da votação da moção do Bloco de Esquerda relativa à tarifa social, da Indaqua.”-----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, face à interpelação feita à Mesa, passou



a ler o artigo 61.º do Regimento desta Assembleia Municipal, que se transcreve: -----

“1. Nenhum membro da assembleia pode interferir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 70.º, 71.º e 72.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

3. Os membros da assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 74.º e 75.º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a ler o extrato do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo que se transcreve: -----

“1 - Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos: -----

a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa; -----

b) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa (...).” -----

Feita a leitura dos artigos acima mencionados, o Sr. Presidente da Assembleia explicou que os mesmos aplicam-se sempre que a pessoa



intervenha num procedimento administrativo, num negócio público ou privado, e nunca no exercício de uma função política, como é uma intervenção numa Assembleia Municipal. Salientou que tais artigos não se referem ao exercício das funções de deputado municipal, de intervir numa discussão pública, mas sim de intervir num ato administrativo ou um contrato público ou privado, pelo que, portanto, o artigo 61.º do Regimento não se aplica àquilo que o membro Marco Jesus disse. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Manuel Alves Monteiro, apresentado pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de pesar em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, a Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em memória e homenagem ao Sr. Professor Antero Monteiro. -----

- *Recomendação "Produtos de higiene feminina nas Escolas Públicas", apresentada pelo PS:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP, CDU), 31 votos contra (PSD) e 4 abstenções (IL, CH, IND, PS:1 - Rui Alves Rios), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----



– Moção “Transferência de Competências (Educação)”, apresentada pelo BE:
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:31, BE, CDS-PP), 17 votos contra (PS:16, CH) e 3 abstenções (IL, CDU, IND), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----
O membro **Luís Vieira** (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----
“Relativamente a esta abstenção, queria expressar o porquê da CDU se abster. Precisamente, conforme já foi referido, porque, no entender da CDU, o que está aqui em questão não é a questão das verbas, está aqui a questão do princípio que defendemos claramente, que esta matéria compete ao Poder central e não às autarquias.” -----

– Moção “Atribuição automática da Tarifa Social da Água”, apresentada pelo BE: -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IND), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 2 abstenções (IL, CDU), reprovou a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----
O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria. -----

– Recomendação “Para o acolhimento de refugiados em Santa Maria da Feira”, apresentada pelo BE:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP), 32 votos contra (PSD:31, CDU) e 4 abstenções (IL, CH, IND, PS:1 – Rui Alves Rios), reprovou a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– Recomendação “Pela proibição do abate de sobreiros em Santa Maria da



Feira”, apresentada pelo BE:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE, CDU), 33 votos contra (PSD:31, CH, PS:1 – Rui Alves Rios) e 18 abstenções (PS:15, CDS-PP, IL, IND), reprovando a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– “Voto de Saudação ao 1.º de Maio”, apresentado pelo BE:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), 31 votos contra (PSD) e 1 abstenção (IL), reprovando o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----
(Nota: A votação deste voto de saudação foi alterada aquando da leitura e aprovação da ata em minuta desta sessão, por solicitação do membro Carlos Martins (IL), o qual, nessa altura, solicitou a alteração do seu sentido de voto, de abstenção para voto favorável – ver votação definitiva nessa parte da presente ata).-----

– “Voto de Condenação da agressão da Federação Russa à Ucrânia e dos crimes de guerra cometidos”, apresentado pelo BE:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 voto contra (CDU), aprovando o voto de condenação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– Recomendação “Implantação de um sistema de bicicletas compartilhadas em Santa Maria da Feira”, apresentada pelo CDS-PP:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:14, CDS-PP, CH), 2 votos contra (IL, CDU) e 35 abstenções (PSD:31, BE, IND, PS:2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva), aprovando a recomendação



em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Carlos Seixas** (PSD) solicitou que fosse considerada, como declaração de voto do grupo municipal do PSD, a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

- *Moção “Apoio às AHBV”, apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (IL), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Moção “Tomada de posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030”, apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor (BE, CDU, IND), 32 votos contra (PSD:31, CH) e 18 abstenções (PS:16, CDS-PP, IL), reprovou a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *“Saudação aos trabalhadores e às comemorações do 1.º de Maio”, apresentada pela CDU:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:31, PS:16, BE, IL, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (CDS-PP), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Carlos Martins** (IL) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----



PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 4 – Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente enviada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 39 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Ana Patrícia Cunha, Jorge Ferreira Ferreira, Joana Inês Ribas, Regina Silva, Rui Manuel Giro, Alexandra Sousa, Lécio Dias, Célia Soares, João Figueiredo, Ana Goicetti, Luís Nuno Vieira, Raquel Gomes, Filipe Araújo e Maria José Coimbra. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.440, em 22 de abril de 2022) que anexa o II Relatório de 2022 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e contratados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal –, fazendo notar que o documento em questão é presente à Assembleia para conhecimento.-----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse querer colocar à Câmara quatro questões muito sucintas, salientando que a CDU pretendia saber qual o tipo de contratos realizados, como é realizada a contratação, quais as tarefas e atividades para que se fizeram tais contratações, assim como questionar se não se estaria perante um caso de falsos recibos verdes.-----



Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que disse que, para dar os devidos esclarecimentos, também ele precisava de mais esclarecimentos quanto às questões colocadas. Saliu que os tipos de contratos realizados estão discriminados, e, quanto à questão dos falsos recibos verdes informou que, se tal questão tem a ver com os serviços de professores, não se estava perante falsos recibos verdes, mas sim perante a contratação de professores para providenciarem pelas atividades relativas à componente de animação e de apoio à família, no âmbito da Escola a Tempo Inteiro.-----

Informou ainda que os contratos seguem o Código dos Contratos Públicos e a informação relativa aos mesmos pode ser consultada na plataforma Base.Gov, sendo pública e estando disponível para consulta.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência.-----

Saiu o membro *Jorge Manuel Silva*.-----

3 – Documentos de Prestação de Contas do Município 2021-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de abril de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que começou por dizer que a concessão da Indaqua Feira é uma questão que preocupa bastante a CDU, que é um problema que está patente no Concelho, pelo que questionava à Câmara qual a taxa de não cobertura da rede de saneamento no Concelho.



Disse que, ao colocar esta questão, não se quer referir à taxa sob o ponto de vista da população, mas sim sob o ponto de vista da área geográfica do concelho, comentando que todos conhecem alguma rua da sua freguesia que ainda não está coberta com rede de saneamento. -----

Salientou que, para a CDU, esta situação é bastante preocupante, questionando como é que, em pleno século XXI, é possível o Concelho estar no ponto em que se encontra no que diz respeito ao saneamento, fazendo notar que apenas se estava a referir ao serviço de saneamento e não tanto ao serviço de abastecimento de água. Realçou que quando a Indaqua constata que o potencial económico não justifica, não faz o investimento nesse local, daí deixar esta pergunta.-----

Salientou que a segunda questão é respeitante à tabela que consta da página 131 do Relatório de Gestão, relativa à venda de bens, onde verifica haver uma série de bens, nomeadamente automóveis, sem indicação de valor, pelo que pedia à Câmara uma explicação sobre esta situação. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer que, pautando-se o Chega pela transparência, queria colocar algumas questões. Aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, constante do documento distribuído relativo ao ponto anterior da Ordem do Dia, referiu constar a aquisição de viaturas pesadas para recolha de bio-resíduos, questionando porque é que é a Câmara a fazer a aquisição destas viaturas e não a empresa SUMA, que faz a recolha desses lixos. -----

Referiu que outro item que aparece é referente à cobrança postal presencial de rendas de habitação social, tarifas de saneamento e resíduos sólidos e refeições escolares, e que, neste âmbito, gostava de saber quem é que faz as triagens destas reais necessidades dos feirenses. -----

Disse que também aparece descrita a aquisição de televisores LED para equipar 57 salas de jardim de infância, no valor de cerca de 54 mil euros,



realçando que o Chega não é contra os 57 televisores LED, mas que acha exagerado o valor que se está a atribuir por cada um.-----

Prosseguindo, disse que como também cabe a cada eleito chamar a atenção para o que falta fazer e contribuir para o desenvolvimento do Concelho, queria salientar mais algumas questões, realçando que, apesar da pandemia, os últimos anos foram positivos e houve crescimento no Concelho, dando nota que, apesar de ter havido empresas que fecharam, também houve muitos empreendedores e surgiram novas oportunidades e novos nichos de mercado para fazer face às novas necessidades.-----

Disse considerar que o ano de 2022, e os próximos, serão anos de reflexão e de aprendizagem com o passado, onde estarão explanadas as reais necessidades do Município. Neste âmbito disse que, embora sabendo que Santa Maria da Feira é um concelho que tem muitas equipas de cicloturismo, o Chega não concorda com a execução de tantas ciclovias pois é da opinião que a maior parte delas vão estar, na maior parte do tempo, sem cicloturistas.-----

De seguida, aludindo às zonas industriais, como o Lusopark, o PERM e outras, disse que são uma mais-valia para o Concelho, mas que o Chega gostava de saber como é que a Câmara está a acompanhar a questão da venda sucessiva dos lotes, referindo que teve conhecimento que existem lotes que são comprados por A, que vende a B, que por sua vez vende a C, fazendo notar que está a ser feita especulação imobiliária nas zonas industriais. Questionou se a Câmara tem conhecimento desta situação e o que pensa fazer em relação à mesma, acrescentando que a maior parte das zonas industriais são, ainda, muito deficientes para o trânsito de veículos pesados.-----

Em relação à área dos Transportes disse que gostava de saber quando é que será colocada a primeira pedra para a construção do Centro Coordenador de Transportes de Santa Maria da Feira, comentando que já se está no século XXI e Santa Maria da Feira ainda não possui um Centro



Coordenador de Transportes.-----
Questionou, também, para quando uma solução para o estrangulamento de trânsito verificado junto ao Hotel Nova Cruz, comentando que aquela zona é um caos na parte de manhã e ao final do dia, e que inclusivamente as ambulâncias em situação de emergência têm alguma dificuldade em circular ali. Salientou que esta é uma situação que prova que o Município continua a investir muito em alcatrão, mas, a nível de infraestruturas e rede viária, continua a existir uma enorme lacuna.-----

Em relação aos percursos pedestres e passadiços existentes no Município questionou se a Câmara tem algum plano de segurança para os mesmos, dado que a maior parte deles são caminhos entre matos, sem iluminação, pelo que gostava de saber se existe algum plano para, por exemplo, socorrer duas senhoras que estão a fazer o seu passeio ao final do dia e precisam de ser socorridas por algum motivo.-----

Concluindo a sua intervenção, disse já não ser a primeira vez que o Chega recebe queixas relacionadas com a recolha dos lixos, principalmente feitas por comerciantes da freguesia de Santa Maria da Feira, dando nota que os mesmos queixam-se que não existe distinção entre os contentores do lixo do comércio e do doméstico, ou seja, que necessitam de contentores maiores para fazerem o depósito dos lixos dos restaurantes, das padarias, entre outros.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Não me apetecia estar aqui a entrar em diálogo, mas não sei o que é mais deselegante, se é o meu comentário ou se é o Sr. Presidente não estar aqui hoje, mas isso passamos à frente.-----

Em relação a este ponto, primeiro, estamos aqui só desde setembro, portanto, não acompanhamos, durante o ano, a atividade do Município até essa altura, pelo menos, e, portanto, resumimos os nossos comentários



àquilo que são os documentos e àquilo que eles encerram.-----
Também reconhecemos que se trata de um ano especial, um ano extraordinário e, portanto, a atividade corrente foi muito impactada pela pandemia, e também reconhecemos o esforço que o Município fez de tentar ajustar as suas políticas e dar respostas concretas, neste Concelho, às questões levantadas pela pandemia, e reconhecemos que isso torna o ano, de facto, extraordinário.-----
No entanto, não podemos deixar de dar aqui três ou quatro notas. Uma, desde logo, sobre a introdução a este documento, em que se regista um tom autoelogioso, até a puxar um bocadinho para a vaidade pessoal, na mensagem do Sr. Presidente, que abre o relatório usando expressões como: excelente trabalho, competência, superamos as expectativas, linha da frente da competitividade global. Diz ainda o Sr. Presidente que este ciclo político assentou em premissas sólidas, que reconhecemos terem sido esforços do Município, como o baixo prazo médio de pagamentos, a diminuição da dívida, a capacidade de endividamento, mas também mete no mesmo saco e na mesma frase o pleno emprego como sendo resultado de uma decisão ou intervenção da Câmara Municipal, o que denota um pensamento coletivista, como se a economia do Concelho dependesse da Câmara Municipal ou do Sr. Presidente, querendo apropriar-se, inclusive politicamente, do mérito das empresas, que essas sim, apesar das dificuldades, conseguem manter uma atividade dinâmica, o que leva aqui a uma certa dose de demagogia.-----
Uma segunda nota de caráter mais genérico, sobre a própria construção do relatório, e esta questão é mais estrutural. O relatório é, de facto, uma lista de atividades, descritas com detalhe, serviço a serviço, divisão a divisão, departamento a departamento, mas que reflete muito pouco sobre os resultados, mas sim sobre o processo, sobre o que se faz, e não sobre o que é que se conseguiu atingir. E é isso que nos preocupa ao ler este relatório. -
É um relatório tipicamente burocrático, sem uma clara demonstração de



linhas estratégicas, de impactos das políticas no curto, médio e longo prazo, sem monitorizar essas políticas, sem trazer mecanismos de inovação na governança pública, na corresponsabilização com a sociedade civil, no envolvimento de cidadãos, não há demonstração clara desse tipo de processos. E dou um exemplo, uma área que foi especialmente sacrificada em 2021, que foi a área social. Eu imaginava que este relatório falasse sobre as famílias que tiveram dificuldades e como é que foram assistidas, sobre as crianças que perderam processos de aprendizagem e como é que se reagiu a essa questão, sobre as pessoas que entraram em limiares de pobreza ou em exclusão social e o que é que o Município fez. Mas o que vemos é uma lista imensa, por exemplo, na área da ação social, 51 pontos, com uma lista imensa de atividades, como que o Gabinete de Apoio ao Cuidador apoiou 6 cuidadores informais, resultados bastante frágeis, diria eu. O Cartão Feira Sénior tem 39 cartões ativos, em 27 mil seniores que temos no Concelho, oficinas de arte, oficinas de mesteres para 8 pessoas, produção agrícola para 8 pessoas, uma oficina para empresas Open Door para 2 pessoas, uma Academia de Capoeira para 7 pessoas, e etc., reuniões e mais reuniões, seminários, conferências, apresentações, protocolos, pareceres.-----

Mas, de facto, resultados concretos destas ações vejo, por exemplo, que foram só tratados 5 casos de isenção do pagamento de taxas de recolha de lixo, ou 12 consultas, num Concelho de quase 140 mil habitantes, 12 consultas num programa de prevenção à toxicodependência, ou apenas 100 alunos tiveram acesso a acompanhamento no caso, também, da toxicodependência, num total de 17 mil crianças e jovens que temos no Concelho. E só houve um único processo de realojamento no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Parece-me curto para tanta lista de atividades, para tantas coisas que se diz que se faz. -----

Esta opção de listar tudo sem monitorizar os resultados ou sem comparar com aquilo que eram os objetivos a atingir, com a quantificação de



objetivos, que é aquilo que nós gostávamos de ver. Acontece o mesmo noutras áreas do relatório, como no desporto, na juventude, na cultura, na educação, no desenvolvimento económico, no turismo, no ambiente, ou seja, o que temos é um relatório de uma gestão corrente, não um documento, de facto, de avaliação do resultado do trabalho político do Município. Não se compara que objetivos havia no início do ano, quantificados, e que resultados se conseguiu atingir, quantificados, para percebemos, de facto, se o Município cumpriu ou não com aquilo que se propunha fazer no início do ano. -----

E, portanto, o que nos parece é que isso não é uma questão dos técnicos do Município, é uma decisão política sobre como apresentar o relatório e, portanto, tem a ver com quem formula e quem monitoriza as políticas públicas e como é que quer ser escrutinado sobre essas políticas públicas.- É isso que queremos aqui deixar, uma nota só de alguma preocupação, uma sugestão da própria construção do relatório ter outro tipo de organização, para ele ser objeto transparente, de escrutínio, aqui nesta Assembleia.-----

Terceira nota sobre a parte financeira. Uma referência positiva, de facto, à diminuição da dívida, aos bons indicadores de tesouraria do Município, aos bons prazos médios de pagamento. No entanto, uma nota menos positiva para o baixo nível de execução da despesa orçamentada, que ficou em 60%, com as despesas correntes apenas com 50% de execução e as de capital em 70%.-----

No entanto, numa receita total de 123 milhões de euros, que num ano especialmente preocupante do ponto de vista social, ainda veio acrescer mais 3 milhões de euros de impostos que Município cobrou, num ano em que especialmente as famílias estavam carenciadas e com menos capacidade de tesouraria, ainda tiveram mais este encargo. Como dissemos aqui na primeira intervenção, no início, quando se falou no Plano de Atividades e Orçamento, também esta preocupação com a fiscalidade deve



ser uma preocupação social do Município. -----
Uma referência também ao crescimento dos custos com pessoal, de 7,26%, num ano em que a inflação, em 2021, foi muito mais abaixo, e com 16,6 milhões de euros de investimento; 4 milhões de euros com gastos de alugueres de instalações, parece-nos, de facto, muito; 22% de crescimento no investimento em publicidade, num ano eleitoral; 9,5 milhões de euros em pavimentações de betuminoso nas estradas, também, por coincidência, em ano eleitoral. -----

Uma nota que o relatório refere e que deve ser escrutinada, que é o facto do ISVOUGA, que é participado pela autarquia, não ter prestado informações financeiras, que a dívida da Suldouro também não está devidamente quantificada, e que mesmo as questões da concessão à Indaqua tem um valor de património, afeto às concessões, que não permite, no seu inventário, que seja mensurada de forma fiável, e saber quais são os ativos da concessão hoje associados a este contrato. Assim como a questão da P. Parques, que não tem qualquer informação, porque não foi remetida qualquer informação, para escrutínio por parte desta Assembleia, no relatório. -----

E, portanto, apesar dos bons indicadores financeiros, há aqui questões que gostávamos de ainda ver melhoradas e esclarecidas. -----

Em resumo, para terminar, o que gostávamos de saber, num relatório como este, é o que é que o Município fez, em cada ano, para aumentar o aproveitamento escolar, para incentivar a criação de negócios, para incluir socialmente aqueles mais excluídos, para proteger o ambiente do Concelho. Isso não é tão claro assim em termos dos indicadores apresentados. Falta-nos reflexão crítica, falta-nos também respostas concretas aos grandes desafios do País e da Europa, o que é que se fez com a transição digital, pela transição energética, pela transição ambiental, pela descarbonização da economia, a mudança do modelo económico o que é que nos trouxe, o que estamos a trabalhar na qualificação dos nossos



jovens, na retenção de talento, o que estamos a incentivar a outro tipo de atividades económicas. E é isso que gostávamos de ver. -----

E, também, como já disse há pouco, uma resposta clara sobre o posicionamento deste Município no que diz respeito à descentralização e à regionalização, que também não é claro. Descreve o processo, mas não toma posição sobre o assunto nem diz o que é que o Município está a fazer em sede da Área Metropolitana ou da Associação de Municípios.” -----

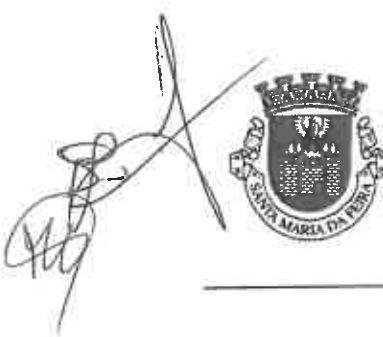
Interveio a deputada municipal **Ana Goicetti** (CDS-PP) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O CDS saúda as boas contas apresentadas pelo executivo, com uma presença orçamental positiva, estamos a diminuir dívidas, estamos a pagar a dez dias, temos uma gestão consolidada que permite investimento, embora isto não deve ser motivo de orgulho porque é uma obrigação de quem gere. Se a gestão deve ser desta forma, a gestão pública deve ser ainda mais rigorosa e eficaz.-----

O nosso município tem capacidade de investimento, tem a capacidade de ter projetos mais ambiciosos e tem o poder para isso, não basta o que se nos apresenta, falta muito mais, queremos muito mais. -----

É um território de excelência com uma localização estratégica, procurado por muitos forasteiros para investir cá, e quando notamos as debilidades estruturais que são sinalizadas por todos, reconhecidas por todos e que hoje, depois de passado um balanço de 4 anos, não são dadas as soluções para isso. -----

Lendo com atenção este documento, eu verifico que continuamos a ter peças importantes sem soluções à vista, posso referir, por exemplo, o relativo à mobilidade para veículos de transporte de carga pesada, começando pelo famoso eixo das cortiças, pelo que sei, há 30 anos se fala e não se consegue ver luz final porque o projeto não acaba de se concretizar



com soluções palpáveis. -----
Há muitos outros polos industriais com proximidade a várias freguesias que deveriam ter essas facilidades para os transportes pesados. Senhores, não adianta nada passar 4 anos a requalificar os centros das freguesias, neste caso, este documento demonstrou que foram requalificadas 11, mas o desgaste permanente vai continuar durante os próximos 4 anos. -----
O centro coordenador de transporte de Santa Maria da Feira continua a ser uma miragem. Ainda bem que começamos com Fiães/Lourosa, mas deveria ser todo o eixo da Feira/Cruz. O que nós necessitamos é uma solução para o eixo da Cruz com a construção de uma central de transportes moderna e eficaz, aproveitando as linhas de comunicação que temos: as autoestradas A1, A29 e A32. -----
Lamento não ter ouvido uma única palavra sobre a oferta do ensino secundário público no nosso território, porque apesar de termos a Coelho e Castro e a Escola Secundária de Santa Maria da Feira, continuamos a ter carências que são sinalizadas por todos, continuamos a permitir que as pessoas que queremos formar não fiquem em Santa Maria da Feira. Estamos a ser ultrapassados por Ovar, Espinho, São João da Madeira, Vila Nova de Gaia. -----
Ainda bem que o centro escolar parece ser uma realidade, felizmente assim parece. -----
Não está tudo mal: a cultura tem coisas boas, as próprias ciclovias, muitas ou poucas, é sempre positivo. -----
Saliento as boas contas, a capacidade de investimento do Município, ao mesmo tempo apelo ao executivo para dar soluções a estes problemas, entre outros.” -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----



“A visão política para o desenvolvimento do Concelho, personificada pela atuação deste executivo, não está em nada alinhada com a visão do Bloco de Esquerda. São opções que não valorizam o investimento e a defesa dos serviços públicos, não promovem uma verdadeira justiça social nem promovem o desenvolvimento sustentável do concelho. Continuamos com problemas claros de habitação pública no nosso município, onde mais de 1700 pessoas aguardam uma resposta a pedidos de habitação social, a nossa rede de transportes é manifestamente deficitária e degradada e não responde às necessidades dos feirenses, necessitamos de uma solução transformadora deste serviço tão fundamental para o nosso desenvolvimento. Continuamos com salários bastante abaixo da média nacional, os apoios sociais são insuficientes, continuamos com problemas na capacidade das unidades de saúde dispersas pelo concelho, o investimento em cultura e desporto é muito baixo e em proteção ambiental, idem.-----

Este baixo investimento em áreas inegavelmente prioritárias é assumido em sede de orçamento por este executivo, mas também na baixa execução de determinadas rúbricas quer ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, quer ao nível da percentagem de execução orçamental no Plano das Atividades mais relevantes em 2021. A título de exemplo, no plano plurianual de investimentos, observamos execuções abaixo dos 50% em rúbricas como a proteção do meio ambiente, a rede de museus do concelho, na rede de equipamentos desportivos e culturais e em programas de inclusão social, como é exemplo o programa MIDAS (Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social), onde dos 35.000 € previstos para 2021, apenas foram executados pouco mais de 5.000 €. Ao nível da execução do Plano das atividades mais relevantes as percentagens de execução são também muito aquém do responsável: na rede de livros escolares usados, 46%, no centro de recursos educativos municipal, 41%, nos contratos de manutenção dos espaços escolares, 35%, na ação social

escolar, 38%, na rede nacional de bibliotecas escolares, 11%, em ação social, 61%, no cartão Feira Sénior, com uma dotação orçamental de 8.200 €, pouco mais do que 10% do valor a pagar pela nova viatura da presidência, 17% de execução, no plano municipal para a igualdade e não discriminação, 21%, na proteção do meio ambiente, 48%, nos programas de apoio à cultura, 21%. -----

O Bloco de Esquerda quer um concelho diferente, um concelho onde se promova uma verdadeira justiça social, e este não é o caminho, pelo que votaremos contra o documento apresentado.”-----

Interveio o membro **Job Silva** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Relativamente a este ponto, o PS não rejeita os resultados financeiros alcançados. Desde sempre defendemos, as por agora alcançadas, contas certas, neste concelho onde o planeamento e as decisões estratégicas autárquicas sempre estiveram no domínio do PSD. -----

Sempre reprovamos os outrora tão habituais e infelizes longos prazos de pagamento, a todos aqueles fornecedores que seguramente tinham de cumprir com as suas responsabilidades mensais. Muitos felicitam-se com a apresentação das contas certas. Contudo, as mesmas não são um motivo de contentamento, mas sim uma obrigação.-----

Apesar de o passado servir de lição para o futuro e ensinar o que não deve ser repetido, não queremos estar sempre a falar do passado, porque é preciosa a preparação do futuro. -----

Em 2021 o nosso concelho foi presenteado, por parte do município, com o investimento de um montante num valor global de praticamente 26 milhões de euros, o que se traduz curiosamente e coincidentemente no maior investimento anual do último mandato.-----

Esperamos, todavia, que este investimento ímpar não seja apenas uma



mera coincidência e que nos anos que se avizinham possamos assistir a um constante aumento do investimento executado anualmente. -----

Da mensagem inicial do Sr. Vice-Presidente deduzimos um concelho aparentemente dirigido sem qualquer tipo de imperfeição em todas as políticas adotadas. -----

Não negligenciando tudo o que de positivo foi feito no nosso concelho até hoje e tendo em conta os excedentes financeiros alcançados, naturalmente porque se cobrava mais do que aquilo que se investia, gostávamos de poder assistir à obtenção de resultados para além dos indicadores financeiros, e ver esses resultados refletidos na melhoria efetiva da vida dos feirenses, no âmbito social, ambiental, digital, na saúde, no emprego e na habitação. ----

Portanto, gostaríamos que o atual executivo se focasse em áreas como: -----

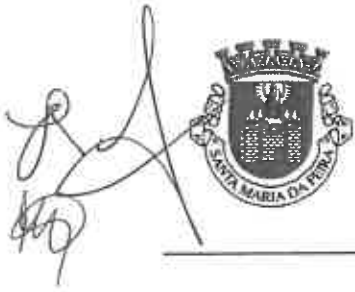
- a habitação, e que fosse capaz de ir para além daquela que é a proposta do governo para esta área, que não se esquecesse do nosso parque municipal de habitação social, na qual uma significativa parte dos edifícios já se encontra num estado lamentável;-----

- a transição digital, e que fosse capaz de preparar os nossos sistemas públicos, as nossas pessoas, as nossas zonas industriais e as nossas competências para uma transição que está a ocorrer, e não se ficar apenas pelos computadores que oferece nas escolas; -----

- a saúde, e não ficar somente agarrado a medidas pontuais ou ao investimento em saúde mental que o Ministério da Saúde contemplou para a região; -----

- a mobilidade, garantir que todos os feirenses têm a mesma facilidade de acesso à sede do concelho através dos transportes públicos, porque ainda existem aqueles que nem veículo próprio possuem. Além disso, e tendo em conta o cenário atual de crise climática, é da nossa responsabilidade criar alternativas sustentáveis aos veículos motorizados individuais, temos de ser mais ambiciosos.-----

Do mesmo modo, também é indispensável ir mais além na mobilidade



suave, apesar da orografia do nosso concelho, tantas vezes mencionada pelos anteriores executivos permanentes, como um obstáculo à construção de infraestruturas pedonais ou ciclovias. Felizmente, por força da evolução da humanidade, aparentemente a mesma tem sido vencida. E porque não, ir mais além na construção de infraestruturas pedestres e para veículos não motorizados, aproveitando para promover a articulação e integração de circuitos que favoreçam o comércio local e os espaços verdes. -----

E por falar em comércio local, compreendemos que seja estimulante assistir à fixação de inúmeras grandes superfícies no nosso concelho. Porém, não nos podemos esquecer de todos aqueles que lutam diariamente pela sobrevivência do seu humilde negócio e da sua única e modesta fonte de rendimento. -----

É essencial ir mais além na coesão territorial e incluir as juntas de freguesia num modelo estratégico de planeamento, de execução ambicioso e moderno, e reforçar as verbas transferidas para as juntas, para que as mesmas possam prestar um ainda melhor serviço aos feirenses e zelar pelo nosso património. -----

E para último, mas não menos importante, muito recentemente assistimos a uma crise hídrica sem precedentes. Portanto, é impreterível defendermos os nossos recursos hídricos, nomeadamente a qualidade dos mesmos, e é urgente identificarmos e eliminarmos uma qualquer fonte de poluição ou de descargas nas nossas linhas de água. Aliás, propomos que se invista igualmente em soluções de eficiência energética e de sustentabilidade ecológica sejam os mesmo para economia de energia ou recursos hídricos nos edifícios e equipamentos municipais, incluindo o parque habitacional municipal e Europarque. -----

E porque devemos cuidar do melhor amigo do homem e assegurar a segurança de todos, não podemos secundarizar o bem-estar animal e a adoção de políticas eficientes para suprir os problemas que o nosso concelho tem nesta área. -----



Nós gostaríamos de ver Santa Maria da Feira destacar-se como o concelho com a maior taxa de jovens por habitantes. Mas para isso, temos de ir mais além e não podemos desconsiderar temas como as alterações climáticas, a transição digital, a mobilidade sustentável, a habitação e o emprego. -----
Compete ao executivo perceber que não pode ser desperdiçada a vantagem da localização estratégica do nosso concelho e a dinâmica do nosso tecido associativo e empresarial. -----
O grande desafio será ir além da natural dinâmica de desenvolvimento do nosso concelho e o atual executivo deve ser capaz de planear, prever e antecipar.” -----

Feita a leitura do documento, o membro Job Silva disse querer colocar uma última questão, dizendo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara falou, na apresentação do assunto, na importância da proximidade, pelo que gostaria de saber, face ao resultado líquido de 13 milhões de euros, se a Câmara pretende apoiar economicamente as freguesias, melhorando as condições das mesmas para que continuem a zelar pelo seu património. ----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“O relatório e contas hoje apresentados, de 2021, representa o relatório e contas de grande parte do mandato anterior, que culminou com a vitória do PSD nas eleições autárquicas, revelando, mais uma vez, a satisfação dos eleitores pelo projeto de Emídio Sousa. Aliás, Emídio Sousa tem o cuidado de prestar contas aos feirenses todos os dias, e a maior conta que prestou foi no dia 26 de setembro de 2021, onde obteve, mais uma vez, uma maioria clara. -----

Aliás, o colega da Iniciativa Liberal não só foi deselegante, para eu ser elegante vou dizer que ele foi deselegante, como foi duplamente deselegante ao voltar aqui ao púlpito e falar sobre este assunto. Aliás, adiantar também que, como já se percebeu, quer a equipa, quer o Vice-Presidente estão à



altura, e estão aqui disponíveis para prestar todas as contas que são necessárias. -----

Depois há aqui uma nota que eu gostava de deixar, uma nota prévia, porque dá-me a sensação que muitos dos colegas que aqui vêm falar querem inventar um relatório e contas novo, ou querem que isto faça outra coisa qualquer que não seja prestar contas, que apresente uma visão para o Município, que apresente uma visão para outra coisa qualquer, quando, na realidade, isto, como o nome indica e acho que é bem taxativo, é um relatório e contas, deve prestar os resultados financeiros, sobretudo, do Município. -----

Depois, há outra nota que eu gostaria de deixar. Aqui fala-se, muitas vezes, porque realmente não há margem de manobra para a Oposição, das boas contas do Município, e é uma realidade. Só que, depois, ao mesmo tempo que se elogia as boas contas, decide-se que é necessário gastar mais, de toda a maneira e feitio. Portanto, é muito bom ter boas contas, mas vamos gastar tudo o que podemos em tudo o que nós queremos, sem sequer contrapor dizendo, bem, o nosso partido gastava mais aqui ou gastava mais ali, mas deixava de gastar noutra local. Não, gasta-se tudo, mas elogia-se as boas contas. -----

Começando propriamente, agora, com o discurso, claramente o mandato está dividido em 2 períodos, 2017-2019 sem a pandemia, e 2020-2021 marcado pela pandemia, e 2021 muito marcado pela pandemia. Aliás, algumas das perguntas que aqui foram feitas ao Executivo, e já adivinho qual é a resposta, nomeadamente nos níveis de execução, estão relacionadas com determinados projetos não poderem ser executados por causa, precisamente, da pandemia. -----

E dar nota que nessa pandemia, não enunciando aqui, porque também não quero esgotar todo o tempo, todos os projetos levados a cabo pela Câmara Municipal, mas dar nota que ela foi verdadeiramente uma líder na procura de soluções para os problemas que foram surgindo, não deixando



ninguém para trás e substituindo-se, muitas vezes, ao Estado Central. Aliás, e respondendo ao colega do PS que disse que não era suficiente a Câmara Municipal dar computadores, ora bem, o Governo Central nem sequer os deu. Imagino o que é que o PS de Santa Maria da Feira diz sobre o Governo do PS nacional. -----

Depois, a Câmara Municipal foi resiliente, competente, mas, acima de tudo, mobilizadora da nossa comunidade. E dar os parabéns também aos funcionários da Câmara Municipal e da empresa municipal Feira Viva, que estiveram ao lado da população e procuraram ajudar neste período complicado. -----

O mandato, na sua globalidade, tinha como principal prioridade desenvolver importantes projetos de desenvolvimento do território, tornando-o mais competitivo pela competência das pessoas e melhorar a qualidade de vida das mesmas. Esta qualidade de vida também alicerçada na reabilitação da rede viária. E foi precisamente isso que foi atingido. E isto combinado, como acho que é unânime aqui nos grupos municipais, pela gestão de excelência do ponto de vista financeiro e do ponto de vista do rigor. -----

O Vice-Presidente Amadeu Albergaria já enunciou, e muito bem, muitos dos projetos que a Câmara Municipal já levou a cabo. Eu não vou voltar a repetir tudo, aliás, o meu discurso elencava vários, e passaríamos aqui muito mais tempo do que, se calhar, seria necessário, mas eu gostaria de deixar aqui algumas notas. -----

Na questão da rede viária e do urbanismo, o Vice-Presidente Amadeu Albergaria já mencionou, e bem, a grande parte dos projetos. -----

No plano de desenvolvimento económico, eu tenho de deixar aqui uma nota. É evidente que o mérito das empresas pertence às empresas, mas quem abre o caminho para as empresas se instalarem em Santa Maria da Feira, quem abre o caminho para, muitas vezes, as empresas terem as melhores condições para se poderem desenvolver, é a Câmara Municipal.



E, nesse particular, acho que o elogio tem de ser feito ao Presidente Emídio Sousa, pelo trabalho que ele faz, porque não são todas as câmaras municipais em que o próprio presidente despende muito tempo, focado, exclusivamente, no desenvolvimento económico e na captação dessas empresas e desse crescimento.-----

Dar nota também que, aqui, falou-se muito da energia elétrica. Penso que será para breve, fazendo eu parte da Junta de Freguesia de Lourosa também sei disso em primeira mão, que se adjudicou em 2021 e, agora, vai entrar em vigor, por exemplo, a instalação de pontos de carregamento elétrico, uma questão ambiental e importante.-----

Dar aqui nota, igualmente, que do ponto de vista ambiental, que se falou aqui significativamente, há um desenvolvimento, o Vice-Presidente já falou no terreno das Guimbras, há o desenvolvimento do Parque Natural das Ribeiras do Uíma, as Termas das Caldas de São Jorge foram completamente requalificadas, também faz parte de uma envolvente, os parques infantis, a Praia Fluvial da Mâmoa que volta a ter Bandeira Azul, continuamos com os processos de recolha de RSU, recolha seletiva de resíduos, a recolha de óleos alimentares. -----

Na Educação, que foi falado aqui muito, e, sobretudo, na questão de pensar o futuro, não posso deixar de mencionar um dos principais projetos da Câmara Municipal, precisamente com essa perspetiva de pensar o futuro, que são as aulas de robótica, que são uma realidade no nosso concelho. -----

O projeto educativo municipal 2022/2030, em parceria com a Universidade de Aveiro, que se iniciou, para pensar o futuro da educação. A questão dos computadores que já referi. Em parceria com Universidade do Porto criou-se um plano de férias que permitiu a elaboração de um plano de recuperação de aprendizagens e promoção da saúde mental. -----

Na saúde e na habitação social, gostaria de referir que se reabilitaram 11 empreendimentos de habitação social, e mencionar aqui o 1.º Direito.



Continuam-se a construir Unidades de Saúde Familiar. São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura iniciou-se, iniciou-se o procedimento de concurso público para Canedo, Milheirós de Poiares e Romariz, adjudicou-se a ampliação da Unidade de Saúde de Rio Meão, tivemos a questão do Hospital de São Sebastião, que penso que o Vice-Presidente Amadeu Albergaria já referiu, que vai permitir dotar o Hospital de uma área de saúde mental. E o Município teve aqui um papel preponderante para não deixar fugir, entre aspas, o terreno. Temos o Projeto Farol, que continua a ser mantido, procedeu-se ao acompanhamento de indivíduos e agregados familiares residentes no parque habitacional do Município, com vista à sua inclusão e inserção social, procedeu-se ao realojamento de situações de emergência e de urgente risco. -----

E, finalmente, do ponto de vista técnico, eu gostaria de ressaltar, como já foi aqui referido, que o Orçamento e as Contas, efetivamente, são acima da média. Mas, na realidade, o aumento de despesas de capital, que são o aumento do investimento, foi na ordem dos 9.250.574,29 euros, com uma taxa de execução acima dos 50%. Aliás, o PS, no ano anterior, disse que se as contas tivessem uma taxa de execução das despesas de capital acima de 50%, votaria a favor. Estou para ver como é que irão votar hoje. -----

Em conclusão, somos um Município atrativo, com uma taxa de desemprego igual à natural, que é o mesmo que dizer que atingimos o pleno emprego. Temos um Município com qualidade de vida, seja a nível de oferta educativa e cultural como, também, de equipamentos desportivos. Somos um município com futuro.” – Fim de citação. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes, o qual começou por aludir às questões levantadas pelo membro Miguel Branco, do Chega. -----
Em relação à questão sobre um contrato para a compra de viaturas pesadas para bio-resíduos, informou que esta situação prende-se com uma



candidatura que existiu, em que foi possível comprar tais camiões, que serão usados precavendo o novo contrato que terá de ser feito em 2023. Referiu que, nessa altura, se verá o que fazer com tais camiões, reforçando que esta questão teve a ver com o aproveitamento de uma candidatura que foi possível efetuar.-----

Quanto à questão sobre a cobrança postal presencial disse que tem a ver com os CTT e Payshop, com a cobrança de rendas, por exemplo, da parte da Câmara Municipal. -----

Em relação à questão dos televisores deu nota que se está a falar de equipar 57 salas de jardins de infância, realçando que o Executivo entende ser um investimento importante, que seguiu os procedimentos concursais, tendo o respetivo valor sido alcançado por concurso público. -----

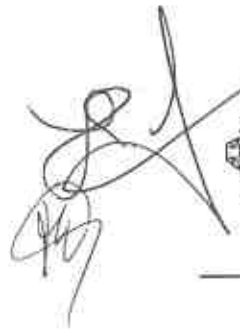
Sobre a questão dos Transportes, nomeadamente no respeitante aos Centros Coordenadores de Transportes, referiu que, conforme já informado, estão planeados dois centros coordenadores, um estando já em construção, o de Fiães/Lourosa, e o outro que está previsto fazer na cidade de Santa Maria da Feira e que entronca na questão da requalificação urbana de toda a área da zona dos Passionistas, lugar da Cruz, vulgo túnel da Cruz. Neste âmbito disse que, como foi dada nota pública em reunião de Câmara e na imprensa, foi assinado um acordo de parceria com a Infraestruturas de Portugal, que tutela aquela zona, tendo o Município se disponibilizado a ceder ao Estado Português os projetos de execução, dando nota que é esse trabalho que o Município tem estado, agora, a fazer. Fez notar que essa requalificação prevê uma nova zona de acesso ou de drenagem da zona industrial do Roligo, a poente, a requalificação da saída da atual rotunda da A1, a questão do túnel propriamente dito, e, depois, a interceção com, pelo menos, duas rotundas. Salientou que esta requalificação está em estudos prévios, que estão a ser efetuados pelos técnicos, e que, depois, serão também estudados com os técnicos e os projetistas da Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que será dado um



enfoque grande à área verde daquela zona, retirando-lhe a carga de nó rodoviário extenso, dando ainda nota que a requalificação vai também entroncar na resolução do problema do nó de Picalhos e do acesso à Rua da Circunvalação, assim como, eventualmente, propor um acesso direto ao Hospital de S. Sebastião pela zona poente. -----

Disse que, dentro disto, está também prevista a colocação do centro coordenador de transportes, vulgo interface, que a Câmara está a indicar que seja feito naquela área e que esteja previsto na requalificação, realçando que já não se está apenas a falar do túnel da Cruz, mas sim da requalificação geral de toda aquela área. Referiu que está a ser feito o estudo prévio para, depois, se passar à discussão com a Infraestruturas de Portugal, comentando que, tendo a concordância daquela entidade, se passará à execução dos projetos. Frisou que estes processos são demorados e que não se pode esquecer que o Município está, em boa parte, a substituir-se a uma competência que é do Estado. Disse que o Município quer contar com o apoio do Estado, estando a trabalhar em parceria para esta solução, que não é só uma solução do problema de trânsito rodoviário nas horas de ponta, mas também um problema de crescimento e de urbanismo da própria cidade, porque ela cresceu para a zona dos Passionistas e precisa de uma ligação mais fluída com a parte mais antiga, se assim se pode dizer, da cidade. -----

Relativamente à questão da segurança dos passadiços disse que, há uns meses, ocorreu uma situação triste que foi relatada, salientando que é uma preocupação que passará por um patrulhamento e por um diálogo permanente com as forças de segurança, em Santa Maria da Feira com a PSP e, nos outros locais, como em todo o passadiço do Rio Uíma, com as forças da GNR, acrescentando que esta é também uma questão de consciência que cada um deve ter sobre como utilizar estes espaços. Disse que o Executivo espera que não voltem a acontecer estes tristes e infelizes episódios, pelo que não deixará de colocar a questão em sede do Conselho



Municipal de Segurança, para alertar as forças de segurança para fazerem um maior patrulhamento nestas áreas, dando nota que, na cidade de Santa Maria da Feira, será possível fazer o percurso à noite porque o espaço é iluminado, mas que noutros passadiços tal não acontece. -----

Sobre a questão dos lixos informou que o vereador que tem a seu cargo essa matéria tem acompanhado de perto a situação, dialogando com os comerciantes, nomeadamente dos restaurantes, dizendo que sempre que existe espaço para colocar contentores, os mesmos são colocados e o problema fica relativamente bem resolvido. Deu nota que, para 2023, está-se a prever um outro tipo de solução, mas que ainda decorrem negociações, reafirmando que a Câmara está a acompanhar a situação, em particular dos comerciantes da área da restauração. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro Luís Vieira, da CDU, informou, sobre a taxa de cobertura da rede de saneamento, que o Concelho tem uma taxa de cobertura da rede de saneamento de 92% e uma taxa de cobertura da rede de água de 97%, o que cumpre as metas previstas no contrato da concessão e cumpre as metas europeias. -----

Referiu que, dito isto, a Câmara sabe, porque lida todos os dias com a população e com os presidentes das juntas de freguesia, que um dos problemas que colocam tem a ver com as extensões de rede em sítios onde não há rede de saneamento. Deu nota que a Câmara tem dialogado permanentemente com a Indaqua e que, em bom rigor, existem uma série de intervenções em curso que são extensões de rede de saneamento. Referiu que, por exemplo, vai entrar em curso a 10.^a fase de pavimentações em quatro freguesias, estando a Indaqua, neste momento, a intervir em extensões de rede de saneamento antes, obviamente, da rua ser pavimentada. Realçou que, portanto, os presidentes das juntas de freguesia têm identificado essas situações e a Câmara tem feito um esforço para dar as devidas respostas. -----

Disse que outro assunto que tem sido muito mencionado tem a ver com as



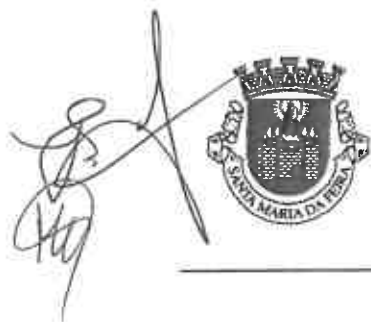
redes de águas pluviais, também muito identificadas pela população e pelos presidentes das juntas de freguesia, estando a Câmara também a procurar dar as devidas respostas, ressaltando que a expectativa da Câmara é resolver grande parte dos problemas com os quais as populações se debatem em matéria de saneamento, sendo certo que não se vão atingir taxas de cobertura de 100%. Salientou que é um problema que está identificado, que existe obra em curso e que mais vai ser feita ao longo do mandato para aumentar a taxa de cobertura da rede de saneamento, sendo certo que a taxa atual já cumpre as metas europeias. -----

Sobre a listagem dos bens alienados que consta da página 131 do Relatório disse que esses bens foram alienados com base numa hasta pública, e que os valores que aparecem são os valores que estão registados contabilisticamente, não estando refletidos os valores de venda. Quanto ao caso dos veículos disse que não aparecem valores porque os mesmos foram totalmente amortizados.-----

Prosseguindo, o Sr. Vice-Presidente da Câmara aludiu à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, da IL, para dizer, sobre a crítica do tom autoelogioso do Presidente da Câmara, que essa crítica também foi feita na reunião de Câmara pelos vereadores do PS, mas que, com toda a honestidade, julga que o maior elogio que foi feito ao Presidente da Câmara foi o resultado que alcançou nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, comentando que pensa que o Presidente da Câmara se basta com esse elogio e que não precisa recorrer ao autoelogio.-----

Sobre a questão respeitante aos argumentos ou posicionamentos coletivistas, salientou que esse é claramente um discurso ideológico que não iria ter porque o Executivo Permanente é de matriz profundamente social democrata, e, portanto, é uma discussão que não colhe.-----

Em relação à falta de informação da Suldoouro informou que essa informação não está presente porque a mesma depende, por sua vez, de uma informação da ERSAR que ainda não foi obtida. -----



Quanto à falta da informação financeira do Instituto Superior ISVOUGA explicou que, tal como dito nos documentos, tal se deve porque aquele Instituto Superior não aprovou as suas contas, em tempo útil, para que estivessem refletidas nos Documentos de Prestação de Contas do Município, que está em discussão nesta sessão.-----

Em relação à empresa P. Parques disse que a mesma também não havia enviado as suas contas até ao momento da apresentação Documentos de Prestação de Contas do Município, mas que, entretanto, essa empresa já enviou as suas contas. -----

Sobre o crescimento dos custos com pessoal explicou que tal se deve ao reforço do quadro de pessoal que foi efetuado pelo Município e, também, devido à atualização do Salário Mínimo Nacional, dando nota que, em 2021, entram 70 novos funcionários e saíram cerca de 20.-----

Quanto aos encargos de instalação de 4 milhões de euros disse que, se se levar em conta que esse valor inclui os custos com a iluminação pública, já não se considerará esse valor tão alto assim e poder-se-á fazer outro tipo de análise. -----

Sobre os resultados e a forma de apresentação do relatório, disse que o Executivo está sempre disponível para melhorar todo o tipo de documentos, acrescentando, em relação à área social e à questão da falta de resultados, que queria deixar a nota que os resultados foram aferidos pela população, por exemplo, no combate à pandemia, quando o Concelho e toda a sua rede social, que é uma rede muito próxima, e com muitos parceiros, que se reúne por freguesias, demonstrou a sua capacidade e a sua resiliência no combate à pandemia.-----

Referiu que a prova dos resultados é a superação das dificuldades que surgem, é a superação e a resposta que foi dada à questão dos refugiados vindos da Ucrânia e a rapidez com que se conseguiu fazer isso, dando nota que a prova é que, por exemplo, os municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria regem-se muito por aquilo que é a



atividade da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sendo uma divisão que é liderante em processos que são, cada vez mais, processos partilhados entre a Área Metropolitana do Porto e, depois, a uma escala menor, mas de maior proximidade, com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. -----

Referiu que o membro Carlos Martins fez sugestões das quais o Executivo tomou boa nota, no intuito de poder sempre melhorar. -----

Sobre a crítica sempre velada em relação ao ano 2021 ter sido um ano eleitoral, disse acontecer que os mandatos têm 4 anos, salientando que o presente mandato tem 6 meses e, na sua opinião, o Executivo está a fazer bastante trabalho, algum dele que é visível, outro que será visível daqui a 1, 2 ou 3 anos. Disse que quem tem experiência autárquica sabe que, para se fazer uma pavimentação num ano eleitoral, é preciso fazer vários procedimentos anteriormente, desde logo tomar a decisão política de avançar, ter o dinheiro para avançar, fazer um estudo prévio, fazer o projeto, lançar o concurso público, realçando que tudo isto demora tempo. Salientou que está errado quem acha que se colocou pavimento em 2021 só porque era ano eleitoral e porque alguém se lembrou de pavimentar este ou aquele local, pois isso não existe, reforçando que para se fazer as pavimentações das fases 7, 8 e 9 foi preciso ano e meio a dois anos de trabalho prévio. Referiu que prova disso é que, ainda há bem pouco tempo, foram abertos concursos no valor de 6 milhões de euros para edifícios de Unidades de Saúde Familiar, e que se demorou 2 ou 3 anos a fazer, comentando que, caso se dê o caso de ficarem concluídos num ano eleitoral, alguns irão dizer que são obras de ano eleitoral. Realçou que, entretanto, também há coisas que vão sendo inauguradas ao longo dos diferentes anos do mandato. -----

Quanto à questão da descentralização disse querer que fique muito claro que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem uma posição sobre todas as áreas da descentralização, posição que, aliás, expressou ao longo



do anterior mandato e deste, tanto nas reuniões de Câmara como nas sessões da Assembleia Municipal. Disse ser preciso conhecer o histórico e os posicionamentos expressados pelo Executivo sobre as diferentes áreas de descentralização, e como está a acompanhar este processo, lembrando que essa discussão ainda foi tida nesta sessão.-----

De seguida, aludindo às questões colocadas pela deputada municipal Ana Goicetti, do CDS-PP, informou, sobre o Eixo das Cortiças, que está a ser terminado o projeto desse eixo, entre a zona industrial do Casalinho e a zona industrial de Fiães, realçando que a Câmara está a tomar todos os procedimentos necessários para fazer o estudo de impacto ambiental que é necessário. Disse ser uma obra demorada e complexa, que é ansiada, mas que estão a ser feitos todos os passos necessários para a concretização da mesma.-----

Sobre a questão do túnel da Cruz disse já ter dado, nesta sessão, o ponto de situação.-----

Relativamente à oferta de ensino secundário disse ser preciso não esquecer o histórico, ressaltando que o histórico mostra que há partidos representados nesta Assembleia que têm responsabilidades objetivas e que, em devido tempo, foram alertados de que estavam a diminuir a oferta de ensino secundário no concelho de Santa Maria da Feira, quando fizeram um ataque ideológico aos contratos de associação com estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos. Referiu que tais partidos tinham era de lutar, junto do Governo que apoiavam e sustentavam, para que novo ensino secundário pudesse existir no concelho de Santa Maria da Feira, mas que nada disso aconteceu. Disse que, obviamente, não estava a falar do CDS-PP, mas que não podia esquecer que o Concelho tinha 3 escolas de ensino secundário e, por decisão política e ideológica de alguns, passou a ter 2, quando devia ter mais ensino secundário. Salientou que, embora lembrando que é uma competência do Governo, a Câmara está a fazer esforços para ter mais ensino secundário no Concelho precisamente



porque partilha da preocupação transmitida pela deputada municipal do CDS-PP a esse respeito. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Tiago Paiva, do BE, disse que, de facto, há um mundo ideológico que separa o BE e o PSD da maneira como veem o mundo e como querem conduzir as instâncias, mas que também lhe parece que, às vezes, os separa o concelho onde vivem. Salientou que o BE não quer ver o Concelho de maneira diferente, que o quer colocar numa ótica de outros concelhos, numa figura de que os concelhos do País são todos iguais. Disse, neste âmbito, que é preciso conhecer bem as freguesias, falar e ouvir as instituições concelhias para perceber que nem tudo está mal, sendo que também não está tudo bem. Referiu ser por isso que, em 2021, surgiu uma nova candidatura, de um novo Executivo do PSD, o qual apresentou um programa ambicioso que, por absurdo, não teria apresentado se achasse que estava tudo bem. Realçou que quem viver no concelho de Santa Maria da Feira e achar que está tudo bem, está errado, porque isso é contrariar a maneira de ser das pessoas de Santa Maria da Feira.-----

Disse também querer dar nota ao membro Tiago Paiva, com toda a amizade e respeito político, que melhorou muito, nesta Assembleia, a representação e o posicionamento do Bloco de Esquerda, nomeadamente em relação às matérias específicas do concelho de Santa Maria da Feira, mas que, ainda assim, são muitas as coisas que separam o BE do PSD. -----

Sobre a intervenção do membro Job Silva, do PS, disse querer cumprimentar aquele deputado municipal por ser um jovem socialista e por ter falado de contas certas. Disse achar essa situação muito positiva e que considera ser uma evolução tremenda da parte do PS que, em 27 anos, governou 20 e levou o País à bancarrota por 3 vezes, mas que, finalmente, nesta Assembleia, há um jovem socialista a falar de contas certas e a dizer que isso é uma obrigação. Disse estar de acordo e que saúda esse posicionamento, comentando que espera que o membro Job Silva faça



percurso no Partido Socialista, sempre com essa ideia. -----
Sobre a questão de, pela declaração inicial que fez, parecer que o Concelho é dirigido sem imperfeição, referiu já ter feito, nesta sessão, o mea-culpa da imperfeição dos eleitos do PSD. -----

Quanto à questão da habitação referiu que a Câmara tem uma divisão para tratar do parque de habitação social, informando que a Câmara está, em parceria com o Governo, a tratar de fazer a recuperação da habitação social e que um dos primeiros contratos de programação que o Governo homologou foi com a Câmara de Santa Maria da Feira, existindo uma boa parceria. Realçou que a Câmara fez muita recuperação da habitação social e continua a fazer, que todos os equipamentos com mais de 15 anos vão ser recuperados, lembrando ainda que foi a Câmara que construiu essa habitação social. -----

Em relação à questão da transição digital salientou que o Executivo sabe que não se trata só da distribuição de computadores, e que o sabe desde o tempo do governo do Eng. José Sócrates e dos computadores Magalhães. Referiu que, tal como o Executivo sabe que a transição digital não é só a distribuição de computadores, também sabe que quando os jovens precisaram de ter computadores nas escolas, e quando o Governo dizia que todos tinham, se descobriu, por força da pandemia, que não tinham, e foi a Câmara que, nessa altura, rapidamente distribuiu computadores pelos jovens, dando um contributo decisivo para a transição digital. -----

Referiu querer ainda agradecer ao membro Job Silva porque, ao contrário de outras forças políticas que falaram muito em resultados e monitorização, mas, depois, apresentaram zero sugestões, o mesmo apresentou um conjunto de ideias e sugestões para o Concelho focadas em temas essenciais, pelo que o cumprimentava por isso, assim como ao Partido Socialista, por essa parte da intervenção. -----

Sobre a questão da distribuição dos 13 milhões de euros pelas Juntas de Freguesia realçou que a Câmara está, obviamente, em diálogo permanente



com as Juntas de Freguesia e reúne individualmente com cada uma, e que os respetivos presidentes de Junta mencionaram a necessidade de aumentar as verbas a transferir para as mesmas. Salientou que, na maioria dos casos, a Câmara decidiu manter, para este ano, as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, mas que já foi dando nota aos Presidentes de Junta que, no próximo ano, a Câmara vai rever, pela positiva, as verbas a distribuir pelas Juntas de Freguesia. -----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse, sobre a intervenção feita pelo membro Carlos Seixas, do PSD, que, obviamente, o Executivo concorda com a análise que por ele foi feita.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:30, PS:2 – Rui Alves Rios e Francisco Andrade, IND), 2 votos contra (BE, IL) e 17 abstenções (PS:14, CDS-PP, CH, CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2021 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

4 – Alteração Orçamental Modificativa-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de abril de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor



(PSD:30, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade, IND), 1 voto contra (BE) e 17 abstenções (PS:13, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 2.^a alteração orçamental modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

5 – Alteração ao Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira -----

6 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 11 de abril de 2022 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS), tendo questionado quantos funcionários irá ter o Gabinete do Médico Veterinário Municipal. -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que, inicialmente, informou que o Gabinete do Médico Veterinário Municipal tem, neste momento, 3 funcionários e que o mapa de pessoal prevê mais 3, tendo posteriormente corrigido essa informação, salientando que a informação correta é que o Gabinete tem 3 funcionários e que o mapa de pessoal prevê mais 1. -----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

5 - Alteração ao Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:30, PS:3 - Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade, CDS-PP, CDU, IND) e 16 abstenções (PS:13, BE, IL, CH), aprovar a alteração ao artigo 6.º do regulamento em epígrafe - documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas - nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

6 - Alteração ao Mapa de Pessoal para 2022 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD:30, PS:3 - Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade, CDS-PP, CDU, IND) e 16 abstenções (PS:13, BE, IL, CH), aprovar a alteração ao mapa de pessoal para 2022 - documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas - nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

7 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno, sita na Rua do Futuro, da freguesia de Argoncilhe -----

Retirado da Ordem do Dia. -----

8 - Programa de Apoio ao Desporto: Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos: d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos -----

- Atribuição de Apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de

seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de abril de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio no valor de 10.000,00 €, no âmbito do programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

9 – Composição do Conselho Municipal de Educação – Quadriénio 2021-2025 -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de março de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Nesta minha intervenção venho reforçar a ideia de que mais do que cumprir a Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que também legisla a criação dos Conselhos Municipais de Educação, se deva ser mais ousado e não se ficar com os mínimos a que a Lei obriga, pois todos sabemos que envolvendo toda a Comunidade Educativa e quem com ela intervém ou



colabora, todo o Sistema sairá mais eficiente.-----
Assim, em nome de um bem maior que é a Educação do Concelho, ouvir e valorizar as pessoas que nele têm um papel fundamental, nomeadamente, o pessoal não docente, e que muitas vezes conhecem profundamente as necessidades dos alunos e da Escola, seria uma mais valia para todos. -----
Neste sentido, também seria importante dar voz a uma instituição como a CPCJ que conhece as realidades que algumas instituições de 1.ª linha não conhecem ou só reportam.-----
Deste modo, sendo o Conselho Municipal de Educação e passo a citar: “uma instância de consulta, que tem por objetivo a nível municipal, analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo” (fim de citação), considero assim, que estas sugestões devem ser efetivadas no Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira! Disse.” -----

Interveio o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que disse que a Câmara Municipal concorda com a necessidade do pessoal não docente e também da CPCJ poder estar representado no Conselho Municipal de Educação, sendo certo que a composição do Conselho está prevista legalmente. -----
Disse que, portanto, o trabalho de todos é convencer o legislador a fazer uma alteração à lei nesse sentido, o que lhe parece útil, comentando que a principal responsabilidade de propor essa alteração cabe a quem tem uma maioria absoluta no Parlamento. Referiu que, da parte da Câmara, esta concorda com a alteração, sem prejuízo de dizer que as próprias competências do Conselho Municipal de Educação permitem que o pessoal não docente, ou qualquer outra entidade, instituição ou figura de relevo, possa ser convidada como observador para as suas reuniões. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a



Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:30, PS:16, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), nomear, sob proposta da Câmara, o Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2021-2025, com a seguinte composição:-----

- Emídio Sousa – Presidente da Câmara Municipal;-----
 - Carlos Jorge – Presidente da Assembleia Municipal Oliveira;-----
 - Gil Ferreira – Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo; -----
 - Nuno Albergaria – Representante das Juntas de Freguesia do Concelho, eleito pela Assembleia Municipal na Sessão Ordinária de 06/12/2021);-----
 - Sérgio Afonso – Representante do Ministério da Educação e Ciência;-----
 - Raquel Meira – Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional; -----
 - Guiomar Silva – Diretora Agrupamento de Escolas Arrifana; -----
 - Fernando Sérgio – Diretor Agrupamento de Escolas Argoncilhe; -----
 - Mónica Almeida – Diretora Agrupamento de Escolas António Alves Amorim;-----
 - Paulo Dias – Diretor Agrupamento de Escolas de Canedo;-----
 - António Lima – Diretor Agrupamento de Escolas Coelho e Castro; -----
 - Rui Rodrigues – Diretora Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa; -----
 - Manuel Couto – Diretor Agrupamento de Escolas Corga de Lobão;-----
 - Lucinda Ferreira – Diretora Agrupamento de Escolas Santa Maria da Feira; -----
 - Lúcia Silva – Diretora Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão; -----
 - Adelina Portela – Representante das Instituições de Ensino Superior Privado; -----
 - Domingos Silva – Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;-----
 - Isabel Rodrigues – Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;-----
-



-
- Maria João Silva – Representante do Pessoal Docente do Ensino Pré-Escolar Público;-----
 - Júlia Pinto – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Arrifana;-----
 - Isabel Sousa – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe; -----
 - Odília Pinho – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de António Alves Amorim; -----
 - Isolina Jorge – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Canedo;-----
 - Sónia Moreira – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro; -----
 - Generosa Pinheiro – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas da Corga do Lobão; -----
 - Maria da Graça Pais – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa; -----
 - Aida Bianchi – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão; -----
 - Maria Cristina Almeida – Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira;-----
 - Nuno Moutinho – Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e Secundário Privados;-----
 - Elvira Baptista – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;-----
 - Sílvia Pinho – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;-----
 - Beatriz Silva – Representante das Associações de Estudantes;-----
 - Inês Pinho – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social; -----
 - Ana Gonçalves – Representante dos Serviços Públicos de Saúde;-----
-



- Célia Soares – Representante dos Serviços da Segurança Social; -----
- Sofia Andreia Ferreira – Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; -----
- Maria Adelaide Ferreira – Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e Desporto;-----
- Tiago Jorge – Representante das Forças de Segurança; -----
- Ricardo Diogo – Representante das Forças de Segurança; -----
- João Silva – Representante do Conselho Municipal da Juventude.-----

10 – Proposta de Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigente: Divisão de Atendimento e Gestão da Informação e do Gabinete do Médico Veterinário-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 11 de abril de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 31 votos a favor e 21 votos em branco, aprovar a proposta de constituição e alteração de Júri para os cargos dirigentes supraidentificados, composto pelos seguintes membros:-----

- 1 – Divisão de Atendimento e Gestão da Informação: -----
- Presidente: Sónia Marisa Lopes Azevedo;-----
 - 1.º Vogal: Paulo Manuel Moreira Ferreira; -----
 - 2.º Vogal: Maria Nazaré Ferreira Martins.-----
- 2 – Gabinete do Médico Veterinário:-----
- Presidente: Vítor Carlos Latourrette Marques;-----
 - 1.º Vogal: Joaquim Manuel Boavida Santos Costa;-----
 - 2.º Vogal: Maria Nazaré Ferreira Martins.-----



Saíram os membros António Valdemar Ribeiro e Valdemar Silva. -----

11 - Documentos de Prestação de Contas 2021 - Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento) -----

12 - Documentos de Prestação de Contas 2021 - Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. (para conhecimento) ----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente, lembrando que os mesmos são presentes à Assembleia para conhecimento. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 11 de abril de 2022 e restante documentação que as acompanha - documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Relativamente à Feira Viva a CDU mantém, como aliás tem vindo a demonstrar, muitas dúvidas sobre a pertinência e constituição desta empresa municipal. Há várias razões que nos permitem afirmar isto. Uma delas, e que desde já questionámos, é o porquê de a Feira Viva gerir uns equipamentos e não gerir outros. Qual é o critério que a Câmara tem para determinados equipamentos atribuídos à Feira Viva, e outros não? -----

Outra das questões que nos preocupa é a questão dos trabalhadores que estão afetos à Feira Viva, sabendo nós que boa parte deles são subcontratados e, como consequência disso, estaremos a falar de trabalhadores precários. Portanto, acho que, de facto, deveria ser uma preocupação da Câmara Municipal resolver esta situação, bem como a forma como o dinheiro é gerido. Sendo dinheiro público, é gerido de uma forma pouco transparente e rigorosa. A prova está na diferença, que



podemos aqui ver, entre aquilo que é orçamentado e a execução. Bem sei que temos a questão da Viagem Medieval que, de facto, tem aqui um impacto. Mas não é só a Viagem Medieval, temos uma série de equipamentos que têm desvios, e alguns desvios bastante assinalados. Portanto, seguramente que, no futuro, irá ser uma preocupação para que estes desvios não ocorram desta forma, mas, neste momento, deve ser alvo de preocupação. -----

Relativamente à Sociedade de Turismo, que gere as termas das Caldas de São Jorge, na opinião da CDU é importante refletir sobre os resultados apresentados e verificar se esta estratégia seguida é a correta. -----

A nosso ver, os magros resultados positivos apresentados no ano passado, verdadeiramente não podem ser vistos como positivos. E passo a explicar porquê. Porque estes só o são devido ao empréstimo contraído, que, em certa medida, empurra com a barriga o problema da subutilização e suborçamentação da Sociedade de Turismo. -----

Apesar de não ser este o documento que define as linhas mestras para a gestão da Sociedade de Turismo, a nosso ver é fundamental reavaliar a estratégia da empresa e implementar, a curto prazo, uma estratégia de captação dos próprios munícipes feirenses, para utilizarem os serviços que as termas disponibilizam. Para isso, no entender da CDU, se deveriam aplicar descontos a todos os munícipes, independentemente da idade, sexo ou capacidade económica, se deveria investir mais nas termas com vista a eliminar a sua dependência do financiamento bancário, que nada mais é do que tapar o sol com a peneira porque obriga ao pagamento de juros e da própria dívida. No entender da CDU, a Câmara tem condições para investir mais na empresa e, por consequente, trazer rentabilidade à mesma. -----

As Termas, bem verdade, são um serviço de excelência do nosso Município, que, se bem geridas e se estiverem ao serviço da população feirense, serão seguramente uma mais-valia para Santa Maria da Feira.” – Fim de citação.



Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer, quanto aos documentos em apreço, que não se pode comparar a atividade tida em 2021, um ano de pandemia, com a atividade de um ano normal, realçando que as atividades relacionadas com o turismo, cultura e desporto foram as mais afetadas pela pandemia, à escala nacional e internacional. Realçou que, assim sendo, seria muito injusto avaliar a prestação económica e de gestão das duas empresas em questão esquecendo este contexto, pelo que, portanto, não o iria fazer. -----

Disse que, no entanto, entende que alguns dados merecem reflexão, salientando que, mesmo em contexto de pandemia, quando uma empresa municipal apresenta um volume de vendas de 1 milhão e meio de euros e quando, só com pessoal, gasta 2 milhões e 200 mil euros, faz pensar qual é o mínimo de rentabilidade que ela tem que ter para, mesmo num contexto diferente do atual, poder sobreviver e não ser apenas um peso no erário municipal. Fez notar que, no caso concreto da Feira Viva, tal implicou 2 milhões e 900 mil euros de reforço do investimento por parte do Município, em termos de subsídio à exploração. -----

Salientou que situação semelhante acontece no caso da Sociedade de Turismo, que gere as Termas de S. Jorge, pelo que a IL queria deixar uma reflexão muito rápida, que já começou a fazer aquando da discussão do Plano de Atividades e do Orçamento, relativamente a quais são, de facto, as funções que prestam essas empresas e porque é que têm de ser prestadas.

Disse que, neste âmbito, existem situações completamente diferentes, em que uma delas é ter uma empresa municipal que presta um serviço no mercado para o qual não há alternativas. Fez notar que, por exemplo, não há uma empresa privada que esteja a gerir as termas das Caldas de São Jorge pelo que, portanto, considera que faz sentido que o Município, ou um conjunto de entidades com a participação do Município, preste este serviço beneficiando os utentes, salvaguardando aquele recurso hídrico que é relevante, valorizando a saúde pública e também contribuindo para a



atração turística. -----

Referiu que, no entanto, há outras funções prestadas ao nível das empresas municipais em que há serviços no mercado concorrentes, e, nestas situações, a pergunta é se faz sentido os contribuintes estarem a manter estruturas, com dezenas de pessoas, quando o mercado presta tais serviços. Disse que se deve questionar em que condições e em que momentos é que certas atividades e serviços devem ser prestados por empresas municipais, ou não, salientando que os contribuintes não têm de pagar duas vezes a mesma coisa. Fez notar que a IL entende que há funções que já estão na zona de fronteira e sobre os quais é importante refletir, comentando que esta questão não tem a ver com uma acusação política, mas sim com uma reflexão que precisa de ser feita em conjunto. Questionou, neste âmbito, se faz sentido os contribuintes estarem a pagar para uma empresa municipal prestar serviços de ginásio que já são prestados por ginásios privados.-----

Disse que caso se pretenda, mesmo assim, que haja algum apoio social para aquelas pessoas que não podem, de outra forma, beneficiar destes serviços, então, na opinião da IL, é preferível financiar diretamente essas pessoas para que possam adquirir tais serviços onde quiserem, e não terem de o fazer através dos seus impostos até porque todos pagam impostos para que apenas algumas pessoas beneficiem desses serviços, acrescentando que esta é a grande questão de filosofia política.-----

Referiu que, não pondo em causa a existência das empresas municipais, queria deixar esta reflexão à Assembleia Municipal, designadamente sobre quando é que fazem sentido e em que contexto deixam de fazer sentido, assim como sobre qual a política mais adequada para que aquelas pessoas que se quer que beneficiem de acesso às piscinas, ou a outro tipo de atividade cultural ou desportiva, o possam fazer, não tendo de ser o Município o prestador do serviço. -----

Concluindo a sua intervenção disse ser da opinião que, em alguns casos,



não tem de ser o Município o prestador do serviço, mesmo que através de empresa municipal, sendo que, em relação aos documentos em apreço, a IL não iria ter uma opção negativa face ao contexto que começou por mencionar.-----

Interveio a deputada municipal **Ana Goicetti** (CDS-PP) que, aludindo ao ponto relativo à empresa Feira Viva, questionou quando é que a Feira Viva, em conjunto com o Município, irá resolver o problema dos arrendamentos que sobrecarrega o seu orçamento. -----

Em relação ao ponto da empresa Sociedade de Turismo, referiu que o CDS-PP não acredita na estratégia estabelecida para a mesma, comentando que não se pode esperar resultados diferentes com práticas iguais, realçando que continuam a ser usados os mesmos métodos que foram usados nas anteriores gerências. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Os documentos de prestação de contas de 2021 da empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, não nos mostram nada de novo. A pandemia só veio mostrar como está totalmente dependente das transferências da Câmara Municipal, pelo que se coloca a questão que o Bloco de Esquerda sempre colocou: para que serve, então, a empresa municipal? -----

Certamente todos estamos de acordo que tem menor escrutínio democrático. Por exemplo, esta Assembleia é informada das suas contas, é verdade, mas não vota as suas demonstrações. E talvez, também, para facilitar a precarização de muitos trabalhadores. Numa consulta no portal Base.Gov, só em 2021 a Feira Viva declarou 52 procedimentos de ajustes diretos para prestação de serviços de natação, formação e outras atividades. Como justificam esta precarização brutal de trabalhadores? Como explicam que, por exemplo, coordenadores de natação sejam



contratados a recibo verde? Como justificam que professores e formadores estejam, praticamente todos, a recibos verdes? -----

As empresas municipais não devem ser instrumentalizadas para favorecer esta precarização do trabalho. Esta é a posição do Bloco de Esquerda. -----

Da mesma forma que as atribuições da Feira Viva deveriam ser geridas diretamente pelo executivo, e, no que toca à empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, deveria ser a autarquia a gerir diretamente as termas sem a existência desta empresa municipal. Basta ler a composição dos órgãos da Associação das Termas de Portugal para se perceber que muitas autarquias gerem diretamente as suas termas sem necessitarem de fazer concessões nem criar empresas municipais. E ainda menos se justifica se as transferências realizadas pela Câmara Municipal representam, praticamente, a única fonte de financiamento destas empresas.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Relativamente ao relatório de contas da Sociedade de Turismo verificamos, de facto, que apresenta um saldo positivo de cerca de 56 mil euros. Infelizmente, este saldo positivo não reflete uma sustentabilidade própria da atividade termal, porque se não contássemos com as participações de tratamentos por parte do Estado e os 295 mil euros que a Câmara Municipal investiu, facilmente se percebe que a tendência de resultados negativos se manteria. -----

Obviamente, nós somos favoráveis a que a Câmara Municipal garanta a continuidade da atividade deste equipamento, mas, e como já temos vindo a dizer sucessivamente, pensamos que deve existir uma estratégia a longo prazo que reverta esta situação. -----

Outra questão que continuamos a insistir, e vamos continuar, é na vergonhosa continuidade da precariedade dos trabalhadores das Termas, e



também se adequa aos trabalhadores da Feira Viva, como já foi referenciado nesta Assembleia. Aliás, no próprio relatório da Sociedade de Turismo pode-se ler o seguinte, e passo a citar: “No ano 2021 a época termal contou com a colaboração total de 33 funcionários, para além do Conselho de Administração da Sociedade de Turismo. Dado o carácter sazonal da principal atividade, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade de Turismo tinha apenas 6 funcionários ao seu serviço, todos com vínculo contratual fixo estabelecido.” -----

Ora, este excerto retrata de forma clara que 90% dos funcionários continuam a ser dispensados em dezembro, vão para o desemprego, e, em fevereiro, voltam a ser contratados. Há funcionários nesta situação há décadas, e não nos parece razoável que uma autarquia local, enquanto acionista principal da Sociedade de Turismo, continue a fechar os olhos a esta situação. -----

O Sr. Vice-Presidente referiu que as Termas de S. Jorge são umas das mais frequentadas de Portugal. Eu, como caldense, fico muito orgulhosa com isso, e é mais uma razão para que este equipamento termal comece a ter uma atividade todo o ano, termal ou outro tipo de serviços, para que possa ter recursos humanos estáveis e garantir a permanência de quadros experientes, porque o que está a acontecer é que há quadros com muita experiência que estão a abandonar as termas porque têm outras propostas mais aliciantes e não tão precárias. E, de facto, que haja uma estratégia que permita criar condições para que as termas passem a ser rentáveis e autónomas do ponto de vista financeiro.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que, na discussão tida, há um papel que não está a ser relevado, principalmente pela Oposição, salientando que há uma componente importante, a componente social, que está adstrita aos serviços em questão. -----
Disse que, ao longo dos anos, as contas e o défice têm sido apontados,



principalmente pela esquerda, mas que existe aí uma questão meramente ideológica porque se esses encargos estivessem plasmados nas contas do Município a esquerda estaria muito contente, pois tais encargos seriam investimento na cultura ou investimento na saúde. -----

Referiu que a Câmara tenta mitigar todo o custo em questão e a disponibilidade do serviço, comentando que se a Câmara fosse muito liberal e seguisse a ideia da Iniciativa Liberal, estão todos os serviços envolvidos, como as piscinas ou o Zoo, teriam um custo para a população muito mais elevado, salientando que esta questão é importante relevar.-----

Sobre a afirmação de que as contas da Feira Viva não são transparentes e têm pouco rigor, fez notar que as contas da empresa municipal são auditadas por entidades externas e têm tanto rigor e tanto nível de escrutínio externo como têm as do Município. -----

Disse que outro ponto fundamental é relevar o papel que o Europarque tem tido no período de pandemia que ainda decorre, em que constituiu um exemplo ímpar, a nível nacional, no que respeita ao processo da vacinação. Referiu que o Europarque, sobre o qual toda a toda a Oposição dizia, nesta Assembleia, que seria um elefante branco, está-se a revelar um equipamento de excelência no Concelho, acrescentando que há que ter a capacidade, e que o Município a tem tido, de colocar esse equipamento ao dispor da população e de o tentar rentabilizar. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, quanto ao restante que foi afirmado, não tem a ver propriamente com a situação de apreciar os documentos de prestação de contas das empresas em questão, até porque os mesmos são presentes a esta Assembleia exclusivamente para conhecimento.-----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que entendesse convenientes, dizendo, em relação às perguntas colocadas pelo membro Luís Vieira, da CDU, que a Feira Viva é



uma empresa que tem um histórico de gestão de equipamentos, entre os quais todas as piscinas que são da esfera pública e o Zoo de Lourosa. -----

Fez notar que a situação dos pavilhões municipais que são geridos diretamente pelo Município tem a ver com a estratégia municipal ao nível do desporto, que envolve um diálogo permanente com as juntas de freguesia, comentando que tal situação já vem de há alguns anos. Realçou que, por vezes, é pedido à Feira Viva para gerir um equipamento, ou as juntas de freguesia pedem para gerir um equipamento, pelo que só na questão dos pavilhões municipais é que há gestões de nível diferente, acrescentando que, quanto ao resto, os critérios são objetivos, sendo os equipamentos existentes. -----

Disse discordar profundamente do permanente ataque à Feira Viva pelas questões de transparência, realçando que, quando se ataca as questões de transparência, tem que se concretizar. Referiu que não basta dizer que há falta de transparência e, dessa forma, colocar um anátema sobre a empresa, sobre a sua administração e sobre os seus trabalhadores, quando as contas da Feira Viva são auditadas, quando a empresa tem um conselho de administração e uma assembleia geral, reforçando que as contas da empresa municipal estão, nesta Assembleia, para ser apreciadas. Salientou que, portanto, é preciso ir mais fundo na crítica, sob pena de ser só uma atoarda política e nada mais do que isso. -----

Prosseguindo, aludiu à intervenção feita pelo membro Carlos Martins, da IL, para dizer que as duas empresas em questão têm objetivos, que estão monitorizados e que constam dos respetivos contratos-programa, dando nota que esses objetivos até foram ultrapassados. Salientou que a preocupação central que foi manifestada pelo membro Carlos Martins é uma discussão que pode ser feita, sobre se faz sentido, ou não, existir a empresa municipal a gerir determinados equipamentos que podem ser geridos por privados, comentando, a esse respeito, que essa é uma evolução no pensamento do membro da Iniciativa Liberal, o que é legítimo,



dando nota que, se não se pudesse mudar de opinião, de pouco valeria o debate esclarecido. -----

Disse, a propósito do Zoo de Lourosa, que caso o membro Carlos Martins conheça algum agente privado que queira gerir o Zoo, com certeza há de informar a Câmara para que esta entre em contacto com esse privado, e que pode dizer o mesmo em relação aos pavilhões municipais. -----

Salientou que o membro Carlos Martins tem experiência de gestão de pavilhões municipais e sabe que quando os mesmos são colocados à disposição das associações, isso acarreta muitas dificuldades de gestão, até em relação aos horários de utilização muito diminutos. -----

Quanto às piscinas disse não haver privados a terem piscinas da dimensão das piscinas municipais, para a prática dos desportos da área da natação e das atividades que existem de bem-estar na água. -----

Em relação ao Europarque disse que o mesmo já teve gestão de iniciativa privada, e ao mais alto nível, quando foi gerido pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, comentando que essa gestão não correu da melhor maneira. Disse ser por isso que existe uma separação do ponto de vista ideológico quanto à crença absoluta no mercado, e que é por isso que o membro Carlos Martins é liberal e ele é social-democrata. -----

Sobre os ginásios disse que a questão é pertinente, mas que os ginásios não são separáveis das piscinas, salientando que quem gere piscinas sabe que isso é absolutamente essencial porque quem procura a piscina também procura o ginásio, caso contrário torna muito difícil a gestão, ressaltando que a Feira Viva tem ginásios junto das piscinas precisamente devido a essa lógica. -----

Quanto à questão colocada pela deputada municipal Ana Goicetti, do CDS-PP, informou que a empresa municipal Feira Viva não tem espaços arrendados, e que aproveitava ainda para esclarecer, respondendo também à questão feita pelo membro Tiago Paiva, que a Feira Viva não tem trabalhadores precários e cumpre escrupulosamente a legislação laboral



portuguesa. Informou que a Feira Viva não tem um único coordenador de natação a recibos verdes, dando nota que existem três coordenadores a tempo inteiro e estão no quadro da empresa municipal. Neste âmbito, disse julgar que o Bloco de Esquerda, desde o resultado das últimas eleições legislativas, percebeu melhor o conceito de precariedade e percebeu que a sua defesa intransigente, de vez em quando, tem alterações, e, portanto, quando falar de precariedade que fale nos trabalhadores de todos, isto sem deixar de sublinhar que a Feira Viva não tem trabalhadores precários. -----
Sobre a precariedade dos recursos humanos que existe nas Termas de S. Jorge informou que essa situação advém da sazonalidade da principal atividade da própria empresa, salientando que, conforme é sabido, as termas não funcionam durante todo o ano. Referiu que o desejo é que as termas passem a funcionar durante todo o ano, mas que, em relação a essa questão, é preciso perceber a evolução que existiu no respeitante ao interregno que ocorreu durante muitos anos, culpa de governos do PSD/CDS-PP e do PS, da não prescrição dos tratamentos termais. Realçou que esse interregno fez com que o processo de crescimento das termas, para que pudessem funcionar durante todo o ano, sofresse um revés, ao que, depois, acresceu a questão da pandemia.-----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que é preciso fazer o caminho que está a ser feito para atingir o objetivo de ter as atividades das termas a funcionar todo o ano, destacando que o Município quer mesmo atingir esse objetivo. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminada a apreciação dos presentes pontos, tendo a Assembleia tomado conhecimento dos documentos de Prestação de Contas 2021 da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., assim como dos documentos de Prestação de Contas 2021 da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., ao abrigo do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea



d) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

13 – Relatório de Atividades de 2021 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento)-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.^a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.465, em 18 de fevereiro de 2022) que anexa o relatório em referência – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que referiu que integram a Comissão em epígrafe 4 elementos designados pela Assembleia Municipal, dizendo que gostaria de perceber o que é que, na prática, representam esses cargos na CPCJ, se se traduzem, ou não, numa vantagem, comentando que o relatório em apreço nada refere sobre isso. ---

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** pediu a palavra e começou por dizer que, sem querer meter a foice em seara alheia, porque a questão colocada refere-se a uma competência específica da Assembleia Municipal, entende que seria um assunto importante para ser tratado em sede da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para discutir e avaliar o que é que os 4 elementos indicados têm feito, e até para discutir o que fazer, no âmbito desta matéria, face à nova composição da Assembleia Municipal, em que estão representados novos partidos. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** referiu, quanto à questão colocada, que o melhor será, então, pedir para que as pessoas em questão deem o testemunho do contributo que prestam no seio da Comissão em referência, comentando que lhes iria lançar esse repto com vista ao agendamento do



assunto numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em referência.-----

14 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano 2021 (para conhecimento)-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.672, em 21 de março de 2022) que anexa o relatório em referência – oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Cláudio Costa** (PS) que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia a oportunidade concedida para intervenção neste ponto, e agradeço porque para o Partido Socialista a oposição é fundamental em democracia, nos vários órgãos do poder local, a democracia é tanto mais viva quanto mais respeitado é o estatuto de oposição.-----

E existe uma má prática de reduzir ao mínimo o contributo da oposição nos trabalhos e decisões do executivo. -----

Consideramos que os titulares do direito de oposição deveriam participar na elaboração deste relatório para contribuir para a qualidade do resultado final, que estes não se limitem a elencar os direitos consagrados na lei e não apontar falhas ou “abusos”.-----

Este relatório não reflete realidades como: a ausência de eficiência no acesso à informação, a demora ou ausência de resposta do executivo aos



pedidos de esclarecimento orais ou escritos, quantidades de pergunta sem resposta ou respostas subjetivas, condições físicas de trabalho deficientes, as sessões ordinárias com um grande número de pontos na ordem de trabalhos servindo apenas para o executivo cumprir agenda e obstaculizando e menorizando o debate sobre assuntos de interesse para o Concelho, a prática da transmissão online das reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal e o seu respetivo acesso, a disponibilidade a tempo e horas das atas na íntegra e não apenas das minutas. -----
Para concluir, a importância em Democracia do funcionamento em condições de respeito e transparência pelo trabalho e função da oposição não deve ser descorada.” -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, que disse que o Executivo Permanente tem uma visão diferente da manifestada pelo membro Cláudio Costa pois entende que o Estatuto do Direito de Oposição está a ser cumprido, assim como todos os normativos legais e regimentais da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

Referiu que uma coisa é o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição e outra coisa é fazer oposição, ressaltando que aquilo que o membro Cláudio Costa fez foi oposição, e, na sua perspetiva, bem-feita, dizendo nada mais ter a acrescentar no âmbito desta matéria. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse não ter percebido algumas das questões mencionadas pelo membro Cláudio Costa, nomeadamente a transmissão online das sessões da Assembleia, pois a transmissão online já é feita e quem quiser assiste às mesmas através da internet. -----
Disse não se poder fazer ouvidos de mercador àquilo que foi decidido, dando nota que ficou decidido, em sede de Comissão Permanente, perguntar à Comissão Nacional de Proteção de Dados a respeito da



legalidade, ou não, da manutenção online do registo áudio e vídeo das sessões, pelo que não entende que, perante isso, se venha dizer que fere o Estatuto de Oposição não manter online as gravações. -----
Referiu que tal afirmação o deixa particularmente ferido porque, se há coisa que não faz, é coartar o direito de oposição, pois não retira a palavra a ninguém, dando todo o tempo a todos, e mais algum. Sobre a questão em concreto disse que, como jurista, tem alguma sensibilidade para a matéria, daí ter levantado o problema quanto à legalidade de manter o registo áudio e vídeo das sessões da Assembleia no portal do Município. Reforçou que, face a essa dúvida, ficou decidido questionar a Comissão Nacional de Proteção de Dados a esse respeito, comentando que, de resto, da sua parte, as sessões podem permanecer acessíveis online *ad aeternum*. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em referência.-----

15 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Educação-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, o qual solicitou ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que fizesse a apresentação do mesmo, tendo este explanado o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de abril de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Instrui o assunto a minuta do contrato em referência a celebrar com cada Agrupamento de Escolas e respetivos anexos – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo



livro de atas.-----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Desde o início deste processo de transferência de competências que temos vindo a alertar que o mesmo não dá garantias de universalidade dos serviços públicos, como consagra a Constituição da República, independentemente da verba que lhe seja atribuída pela tutela.-----

A transferência de encargos para as autarquias e a desresponsabilização do Estado são parte de uma orientação estratégica que, ao serviço da chamada consolidação orçamental, reduz o investimento público, nega direitos, empurra para o aumento da carga fiscal também no plano local, constituindo-se como um instrumento de uma crescente desigualdade na repartição de riqueza e rendimento.-----

Perante a situação atual, urge avaliar com rigor as atribuições e competências transferidas para ver a sua evolução a médio prazo e as suas implicações administrativas e jurídicas, considerar a capacidade financeira, mas, também, de meios humanos e organizacionais do Município. Assim, a CDU demonstra, mais uma vez, preocupação com a situação atual da transferência de competências da Educação. -----

E a mim, e à CDU, preocupa ouvir o vereador da tutela dizer que se o ensino básico tem corrido bem, porque é que não há de correr os restantes níveis de ensino, quando todos nós sabemos que estamos a falar de coisas completamente diferentes. -----

Nós, CDU, continuamos a pensar desta forma, que isto é claramente uma tentativa, conforme aqui refiro, de desresponsabilização do Estado Central, para não falar das possíveis desigualdades de ensino que poderemos criar no nosso País.” – Fim de citação. -----

Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) que leu documento que



disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Verificou-se, por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a preocupação em apresentar um plano de subdelegação de competências e dos respetivos envelopes financeiros, mantendo a colaboração, empoderamento e autonomia das diversas partes integrantes, mantendo sempre a lógica do Município absorver e agregar as grandes áreas da gestão e manter uma lógica sustentável na procura de economia de escala. Importa dar nota que esta delegação de competências “imposta” pelo Governo Central nunca foi muito claro no que toca ao envelope financeiro associado, e conforme se verifica, tendo até já sido comentado, o Governo Central definiu para Santa Maria da Feira (9 agrupamentos de escolas, contabilizando um total de 11 estabelecimentos escolares) um valor superior a 9 milhões de euros (9.183.499,42 €), no entanto, e importa lamentar que o Orçamento de Estado só reporta cerca de 6 milhões de euros (6.422.708 €) (referentes aos 9 meses do exercício 2022, abril a dezembro). Era prudente que o Governo Central tivesse refletido conscientemente de forma a, por exemplo, a Comissão Técnica de Acompanhamento deveria estar no processo a montante e não a jusante, depois das delegações de competências já terem ocorrido. Para além disso, os encargos com pessoal não docente, tais como a saúde e seguros não estão contemplados na verba a transferir, nem se conhece a matriz e os critérios para o envelope financeiro para as intervenções de conservação e manutenção. -----

Mesmo através desta imposição do Governo Central importa ressaltar, como é apanágio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o trabalho profícuo levado a cabo, mesmo com timings tão apertados como os que se verificaram.” -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a



Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:29, PS:15, CDS-PP, IL, CH, IND), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), autorizar a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com cada Agrupamento de Escolas, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição, cumprindo os termos regimentais, da munícipe Liliana Rodrigues da Silva, para fazer “pedido de esclarecimento sobre o canil intermunicipal, recolha de animais errantes, adoções e serviço de veterinário municipal”. -----

Após verificar que a referida munícipe se encontrava presente, passou-lhe a palavra nos termos regimentais. -----

Interveio a munícipe **Liliana Silva** que disse querer colocar algumas questões que se prendem com os animais abandonados em Santa Maria da Feira, salientando que gostaria de saber se não é função do veterinário municipal recolher animais na rua e verificar se esses animais têm ou não chip. Questionou também se não é obrigação moral do veterinário municipal, para não dizer profissional, se deslocar ao local quando contactado pelas pessoas ou pela própria GNR, para fazer a captura do animal que está a provocar perigo no trânsito, ou a atacar crianças ou idosos, questionando, caso essa seja uma obrigação, porque é que o veterinário municipal não faz esse trabalho. -----

Concluindo, disse que gostaria ainda de saber quais as taxas de adoção no Concelho e o porquê de, sempre que se liga para o veterinário municipal, o mesmo responder dizendo que não tem carro, que não tem meios, pelo que não vai recolher o animal. -----



Dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, este referiu que, dadas as questões colocadas se prenderem diretamente com a atuação de um colaborador da Câmara Municipal, se iria abster de comentar essa matéria. Salientou que, de qualquer das formas, tomou nota das perguntas, solicitando à muniçipe para deixar o seu contacto, nomeadamente o e-mail, para a Câmara lhe responder por escrito às questões colocadas – o que teve a anuência da muniçipe. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta desta sessão, o membro **Carlos Martins** (IL) pediu autorização à Mesa para alterar o sentido de voto que tinha manifestado aquando da votação do “*Voto de Saudação ao 1.º de Maio*”, apresentado pelo BE, apreciado no Período de Antes da Ordem do Dia, alterando o seu voto de abstenção para voto a favor, solicitando ainda que fosse considerada como declaração de voto a intervenção que fez, no Período mencionado, a propósito desta matéria – o que teve a aceitação da Mesa. -----

Por conseguinte, face à aceitação da alteração em referência, foi corrigida, na minuta da ata, a votação final do “*Voto de Saudação ao 1.º de Maio*”, apresentado pelo BE, passando a constar a seguinte votação: 22 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 31 votos contra (PSD). Apesar da alteração, o voto de saudação em referência permaneceu reprovado, por maioria. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a ata em minuta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----



Após a aprovação da ata em minuta, a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) solicitou a palavra para fazer uma breve declaração – o que teve a anuência da Mesa, apesar de não previsto regimentalmente – dizendo que queria, em jeito de desabafo, mencionar algo que a estava a incomodar e que se prende com a falta de respeito que considera ter havido para com a munícipe que, após ter aguardado 5 horas para colocar as suas questões, acabou por não receber qualquer resposta.-----

Referiu que a munícipe terá, aquando da inscrição que fez para intervir, reportado o assunto que iria questionar, acrescentando que, se tal não aconteceu, tal matéria deve ser repensada para que, em situações semelhantes, possa haver uma preparação com vista a dar uma resposta. Disse perceber que o Sr. Vice-Presidente da Câmara não tenha uma resposta concreta para dar, mas que, na sua opinião, tal situação acontece por culpa de todos os membros desta Assembleia porque permitem que o público inscrito apenas fale no final da sessão, ao fim de 5 horas, e acabe por não receber uma resposta.-----

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** pediu a palavra – o que lhe foi concedido – tendo dito que a deputada municipal Alexandra Sousa quis fazer um pequeno número político, mas que queria deixar claro que a Câmara Municipal deu uma resposta à munícipe, a qual, aliás, não contestou a resposta e acedeu a que os esclarecimentos lhe fossem dados por escrito. Salientou que, portanto, a deputada municipal Alexandra Sousa se estava a dar às dores que não foram dadas pela própria munícipe, acrescentando que aquilo que a Câmara fez está perfeitamente enquadrado no regimento da Assembleia Municipal.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** disse querer ainda esclarecer, não para retorquir ou contestar, que a munícipe, no e-mail que fez chegar à Mesa relativo à sua inscrição, mencionou que o assunto de que iria falar era



sobre “o canil intermunicipal, a recolha de animais errantes, adoções e serviço de veterinário municipal”, portanto, uma informação genérica, pelo que não era possível à Câmara dar uma resposta às perguntas particulares que foram feitas pela munícipe.-----

Posto isto, nada mais havendo a tratar, às 02 horas e 10 minutos do dia 30 de abril de 2022, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. ----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,

